



Finanças Sociais: Soluções Para Desafios Sociais e Ambientais

UMA NOVA MENTALIDADE PARA GERENCIAR
RECURSOS E NECESSIDADES DA SOCIEDADE

Outubro de 2015

F O R Ç A T A R E F A
DE
Finanças Sociais

FORÇA TAREFA
DE
Finanças Sociais

Membros

André Degenszajn
Antonio Ermírio de Moraes Neto
Ary Oswaldo Mattos Filho
Fábio Barbosa
Guilherme Affonso Ferreira
Luiz Lara
Maria Alice Setubal
Pedro Parente
Vera Cordeiro

Diretoria Executiva

ICE Instituto de Cidadania Empresarial
Beto Scretas
Célia Cruz
Diogo Quitério
Fernanda Bombardi
Mariana Guimarães
Vivian Rubia

SITAWI Finanças do Bem

Gustavo Pimentel
Leonardo Letelier
Rob Packer

Parceiros estratégicos

Deloitte.

Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

Apoio



Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

instituto
pennsula

LEW LARA TBWA

Carta da Força Tarefa de Finanças Sociais

O Brasil enfrenta problemas sociais complexos que impactam, direta e indiretamente, toda a população em áreas como educação, saúde, moradia, geração de emprego e distribuição de renda. As ações governamentais, os investimentos de empresas e o dinheiro de pessoas físicas engajadas com a filantropia têm tido papel importante na melhoria destes indicadores sociais. Mas são insuficientes. Estamos convictos de que é necessário e possível **atrair mais capital para financiar soluções inovadoras** que respondam aos problemas sociais numa escala de grandeza proporcional ao tamanho de seus desafios.

Como resposta a esta necessidade, surge o campo das Finanças Sociais, composto essencialmente por investimentos que geram, ao mesmo tempo, retorno social e rentabilidade financeira, e pelos Negócios de Impacto – que se diferenciam dos negócios tradicionais por atenderem a quatro princípios-chave: uma **missão social e/ou ambiental**, o **monitoramento de seu impacto** social e ambiental, a **lógica econômica** e uma **governança efetiva e inclusiva**.

Há poucos anos, investidores e empreendedores com esta visão eram raros. Hoje, somados a grandes empresas, bancos, fundações, organismos multilaterais e governos e usando esta lógica de impacto e performance financeira, formam um ecossistema em forte crescimento, que espera movimentar nos próximos anos cerca de US\$ 1 trilhão no mundo e R\$ 50 bilhões no Brasil.

Este campo, ainda em construção, envolve muitos atores repensando seu compromisso com o impacto. Destacam-se empreendedores cujos negócios já beneficiaram milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade com produtos e serviços simples e acessíveis, investidores que incluíram a dimensão de impacto na sua análise de risco-retorno, ONGs que se sustentam a partir de um modelo de geração de receita própria e governos que buscam fazer contratos com foco em impacto mensurável.

Pretendemos transformar as Finanças Sociais num ecossistema afinado, com mecanismos sólidos e princípios claros. Ainda estamos na sua infância no Brasil. Porém foi aspirando esse horizonte que a Força Tarefa buscou, de forma colaborativa, construir uma fotografia do presente e metas para o futuro.

Esse documento traz o histórico de colaborações de mais de **500 pessoas** que, ao longo dos últimos dois anos, trabalharam para produzir diversos estudos e pesquisas, além de **15 recomendações** definidas como prioritárias para o fortalecimento da agenda de Finanças Sociais até 2020.

Sem a contribuição dessas pessoas e organizações – que refletiram, discutiram, estabeleceram conexões e buscaram referências – esse resultado não teria sido possível. Para elas deixamos nosso mais sincero agradecimento e a certeza desse entusiasmo rumo aos próximos passos.

Nossa missão é articular nossa rede de relações para atrair investidores, empreendedores, governos e parceiros para que façam acontecer **modelos de negócios rentáveis** que resolvam problemas sociais ou ambientais e, com isso, mudem a mentalidade sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade.

Leia, inspire-se e, mais importante, engaje-se na construção de **um futuro melhor para o Brasil**.

Força Tarefa de Finanças Sociais

André Degenszajn | Antonio Ermírio de Moraes Neto | Ary Oswaldo Mattos Filho | Fábio Barbosa | Guilherme Affonso Ferreira | Luiz Lara | Maria Alice Setubal | Pedro Parente | Vera Cordeiro

Índice

- 1 O Ecossistema de Finanças Sociais . 8
- 2 Força Tarefa de Finanças Sociais . 14
- 3 Processo de Construção das Recomendações . 16
- 4 Recomendações da Força Tarefa de Finanças Sociais . 20
- 5 Outras Ações Importantes para o Campo . 35
- 6 Próximos Passos . 36
- 7 Chamada para Ação . 38
- 8 Glossário . 39
- 9 Banco de Referências . 41

A aspiração da Força Tarefa é a de que, até 2020, esse valor possa chegar a R\$ 50 bilhões anuais, e de que o fortalecimento desse campo represente uma nova forma de atrair e comprometer investidores e empreendedores com os desafios sociais do Brasil

Há dois anos, a Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS) tem produzido, analisado e debatido informações sobre o campo das Finanças Sociais e dos Negócios de Impacto. Um dos dados levantados indica que R\$ 13 bilhões¹ foram investidos em 2014 em ações e negócios que atrelaram impacto social e sustentabilidade financeira – ou seja, foram direcionados para a oferta de produtos e serviços que melhoraram indicadores sociais e tiveram desempenho financeiro positivo. A aspiração da Força Tarefa de Finanças Sociais é a de que, até 2020, esse valor possa chegar a R\$ 50 bilhões ao ano, e de que o fortalecimento desse campo represente uma nova forma de atrair e comprometer investidores e empreendedores com os desafios sociais do Brasil.

Em uma análise metódica e completa do ecossistema das Finanças Sociais – envolvendo especialistas da oferta de capital, empreendedores líderes de Negócios de Impacto que demandam capital na outra ponta, mecanismos e instrumentos que viabilizam a circulação dos recursos financeiros e organizações intermediárias que qualificam esse processo – foram identificadas quatro alavancas para o seu fortalecimento, que precisam ser impulsionadas conjuntamente: (1) a ampliação da oferta de capital, (2) o aumento do número de Negócios de Impacto qualificados e com alto potencial de crescimento, (3) o

fortalecimento das organizações intermediárias e (4) a promoção de um macro ambiente favorável para as Finanças Sociais.

Para mover essas alavancas e efetivamente dar continuidade à consolidação do mercado de Investimento de Impacto, a Força Tarefa de Finanças Sociais definiu 15 recomendações prioritárias, com as respectivas sugestões de metas para os próximos cinco anos e nomeou atores-chaves do campo das Finanças Sociais que devem se envolver diretamente em sua realização. Essa metodologia procura perpetuar o trabalho de construção coletiva e de colaboração mútua, pelo qual se extrai o conhecimento mais profundo de cada especialista, soma-se a experiência mais rica de cada profissional e multiplicam-se os resultados. Cada parte dessa engrenagem coloca seu talento a serviço do futuro que se imaginou juntos.

Nas recomendações apresentadas nesta publicação são abordadas oportunidades como o fortalecimento de incubadoras e aceleradoras, a criação de produtos financeiros de impacto, o estímulo a formatos inovadores de apoio e a disseminação da cultura da avaliação de impacto, entre outras. As 15 recomendações não esgotam os esforços necessários ao crescimento do campo, mas aproximam agendas com alto potencial de sinergia, viabilidade e resultado – de

¹ Pesquisa “Mapeamento dos recursos financeiros disponíveis no campo social do Brasil com o objetivo de identificar recursos potenciais para Finanças Sociais”, realizada pela Deloitte, com a Diretoria Executiva da Força Tarefa de Finanças Sociais. São Paulo, março de 2015.

forma alinhada com vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável recém lançados pelo PNUD. Da mesma forma, os atores citados não excluem a participação de outras organizações que se identifiquem com os objetivos propostos.

Além das recomendações, essa publicação apresenta o campo das Finanças Sociais, a Força Tarefa de Finanças Sociais e seu histórico de realizações. Para conhecer outras publicações da Força Tarefa de Finanças Sociais e acompanhar os próximos passos relativos à disseminação e à implementação das recomendações, acesse o site www.forcatarefabinancassociais.org.br

Dimensão social

A Força Tarefa de Finanças Sociais entende que a dimensão social (como área de atuação dos Negócios de Impacto ou como referência para as transformações promovidas) deve incluir também aspectos ambientais. Ao longo deste documento, a expressão “social” será usada como simplificação de “social ou ambiental” ou “social e ambiental”.

PROCESSO DE CONTRUÇÃO E

PRODUÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE CONTEÚDOS

Agosto 2014 a Maio 2015

Consolidação dos relatórios de recomendações internacionais do G8 e de outras Forças Tarefas Internacionais (Kalo Taxidi)

Estudo sobre o papel dos Bancos de Desenvolvimento (Diretoria Executiva da Força Tarefa)

Elaboração da Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil (Grupo de Apoio Contínuo)

Mapeamento da oferta de capital disponível para Finanças Sociais (Deloitte)

Estudo sobre a inclusão de Negócios de Impacto em compras de grandes Empresas e Governo (FGV)

Mapeamento dos produtos e serviços dos atores intermediários do campo das Finanças Sociais (Deloitte)

PRIORIZAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS



1

O ecossistema de Finanças Sociais

O ecossistema das Finanças Sociais é formado por atores da oferta de capital (aqueles que doam, investem ou emprestam recursos financeiros), os atores da demanda de capital (os Negócios de Im-

pacto), os mecanismos financeiros e as organizações intermediárias (responsáveis por conectar os atores e facilitar a circulação do capital, além de qualificar e monitorar a performance dos negócios).

OFERTA DE CAPITAL



Governo



Organismos nacionais de fomento



Organismos multilaterais de crédito

Alocam recursos por meio de...

MECANISMOS (modalidades e fluxos de capital)

Filantropia

Fundos Patrimoniais

Crowdfunding

Empréstimos e Fundos Sociais

Investimento com objetivo de retorno financeiro / impacto social (*impact investing*)

Contrato de performance (*Social Impact Bonds*)

Que são executados por...

DEMANDA DE CAPITAL



Org. da Sociedade Civil (OSC) sem geração de receita



Org. da Sociedade Civil com geração de receita



Org. da Sociedade Civil com negócio social

Organizações / Negócios de Impacto



Conectam, facilitam e certificam...

INTERMEDIÁRIOS

Recursos e serviços financeiros

Gestão e acesso a investidores

Monitoramento, avaliação e certificação

Conhecimento e informação

Conectam, facilitam e certificam...



Cooperativas



Negócio com missão Social ou Ambiental com restrição na distribuição de dividendos



Negócio com missão Social ou Ambiental sem restrição na distribuição de dividendos



Empresas puramente comerciais

O QUE SÃO FINANÇAS SOCIAIS

As Finanças Sociais referem-se ao direcionamento de capital público e privado a Negócios de Impacto ou a ações que utilizam mecanismos financeiros com o compromisso de gerar impacto social com sustentabilidade financeira. Elas se diferenciam da filantropia e das finanças tradicionais por combinar quatro características:

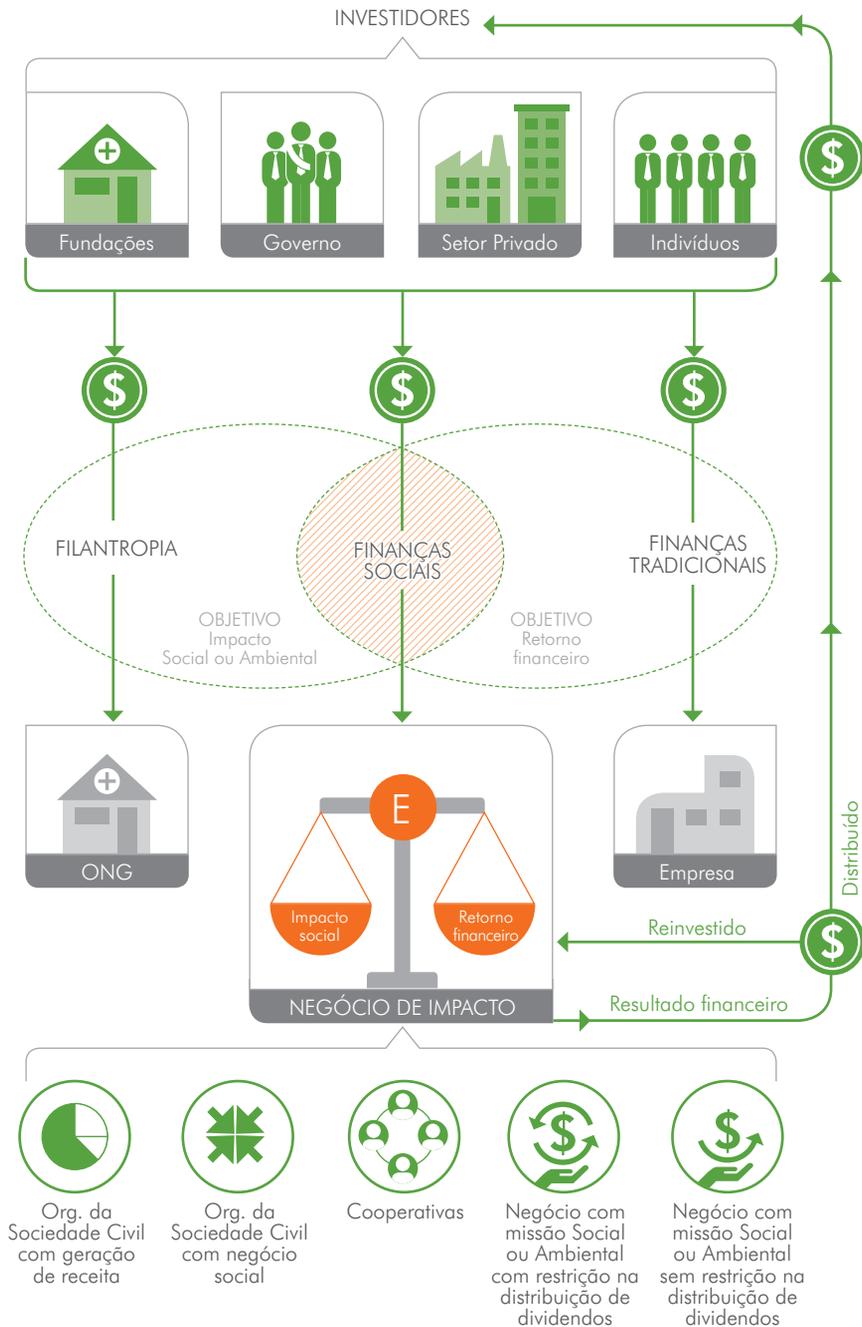
1. Compromisso do capital com o impacto social positivo e com retorno financeiro. Governos, indivíduos e setor privado motivados a doar, investir ou contratar com a intenção de promover uma melhoria da qualidade de vida da população.

2. Mecanismos financeiros de impacto. Instrumentos e modalidades financeiras (como fundos de investimento, títulos de impacto social ou plataformas de *crowdfunding*) que possibilitam a contratação e circulação do capital para ações ou Negócios de Impacto.

3. Investimento em Modelos de Negócios rentáveis que resolvam problemas sociais. Foco em empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto social ao mesmo tempo em que geram resultado financeiro positivo e de forma sustentável (que pode ser reinvestido no negócio de impacto ou devolvido aos investidores).

4. Monitoramento e mensuração do impacto. As ações implementadas precisam comunicar periodicamente seu impacto nos indicadores sociais e seu resultado financeiro.

O QUE SÃO FINANÇAS SOCIAIS?



O QUE SÃO NEGÓCIOS DE IMPACTO

Atores da demanda de capital, ou seja, a ponta que precisa dos investimentos e que implementa as soluções que contribuem para a redução da pobreza e da vulnerabilidade de pessoas e comunidades. A Força Tarefa de Finanças Sociais, em parceria com organizações que atuam no tema, constituiu a *Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil*, que estabelece quatro princípios que diferenciam os Negócios de Impacto das ONGs ou dos negócios tradicionais (independentemente da constituição jurídica da organização):

1. Têm o propósito de gerar impacto social positivo explícito na sua missão;
2. Conhecem, mensuram e avaliam seu impacto periodicamente;
3. Têm uma lógica econômica que permite gerar algum tipo de receita própria;
4. Possuem uma governança que leva em consideração os interesses de investidores, clientes e comunidade.

Qual o formato jurídico de sua organização?



Associação Fundação Cooperativa Empresa



O QUE SÃO ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Profissionais e instituições que facilitam, conectam e apoiam a conexão entre oferta (investidores, doadores, gestores que buscam impacto) e demanda de capital

(organizações/negócios que geram impacto social); bem como, qualificam a construção do ecossistema das Finanças Sociais. Os Intermediários podem ser agrupados a partir da modalidade de produtos e serviços que oferecem.

OFERTA DE CAPITAL

INTERMEDIÁRIOS				
Grupos	Recursos e serviços financeiros	Gestão e acesso a investidores	Monitoramento, avaliação e certificação	Conhecimento e informação
Definição	Qualificam a circulação dos recursos financeiros dos atores da oferta de capital para os negócios de impacto ou para outros intermediários, gerenciando os riscos e reduzindo os custos da transação.	Fortalecem o desempenho do campo, tanto em relação à tomada de decisão do investidor, quanto na construção e implementação do modelo de negócio dos empreendimentos de impacto.	Apoiam os Negócios de Impacto na construção, mensuração e validação da sua teoria de mudança (impacto pretendido na melhoria de vida da população).	Constroem o referencial conceitual do campo das Finanças Sociais, atuando na produção de conhecimento, na sua adequada divulgação, regulação e aplicação na formação de profissionais para o campo.
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos de investimento • Fundos sociais • Instituições financeiras e correspondentes bancários • Gestores de <i>Social Impact Bonds</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Aceleradoras • Incubadoras • Consultores de investimento • Plataformas de acesso a clientes • Marketing e vendas 	<ul style="list-style-type: none"> • Consultorias de medição e monitoramento de impacto • Certificadoras 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições de Ensino Superior • Organizações que formam profissionais • Assessoria jurídica

DEMANDA DE CAPITAL

2

Força Tarefa de Finanças Sociais

Em 2013, um grupo de 20 organizações se reuniu para constituir um movimento em prol das Finanças Sociais no Brasil. Inspirado pela trajetória de outros países, elegeu temas críticos para o campo e convidou especialistas de vários setores para compor a Força Tarefa de Finanças Sociais. Lançada em maio de 2014, a Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS) atua, com o envolvimento desses profissionais, como

catalisador e articulador para o campo. Seu propósito é mobilizar atores-chaves para a crença de que modelos de negócio podem resolver problemas sociais. Em outras palavras, o desafio é trocar a lógica de **OU** (“investir em empresas com retorno financeiro **OU** doar para ONGs que geram impacto social”) para **E** (“investir em organizações que geram impacto social **E** que tenham desempenho financeiro”).

Agenda global

A primeira Força Tarefa com o tema das Finanças Sociais foi constituída pelo Reino Unido em 2000, seguida pelo Canadá, em 2010. Em 2013, foi constituída uma Força Tarefa de Finanças Sociais formada pelos países do G7 e pela Austrália, a *Social Impact Investing Task Force*. Em setembro de 2015, esse movimento foi sucedido por uma nova organização, o *Global Social Impact Investment Steering Group (GSG)* que aprovou a entrada do Brasil e outros países como membros. Essa organização tem como mandato ser uma referência global para conceitos e melhores práticas e contribuir para o trabalho dos países membros no fortalecimento do campo. O GSG é presidido por Sir Ronald Cohen e o Brasil é representado por Antônio Ermírio de Moraes Neto.

www.socialimpactinvestment.org/

NOSSA CRENÇA

Modelos de negócio podem resolver problemas sociais

NOSSA MISSÃO

Articular nossa rede para atrair investidores, empreendedores, governos e parceiros para que façam acontecer modelos de negócios rentáveis que resolvam problemas sociais ou ambientais e, com isso, mudem a mentalidade sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade

NOSSA VISÃO

O campo das Finanças Sociais movimentará R\$ 50 bilhões ao ano até 2020

NOSSA FORMA DE ATUAR

- Produção de conhecimento
- Monitoramento das recomendações
- Acompanhamento da agenda global e local
- Influência de atores estratégicos

NOSSA GOVERNANÇA

INSTÂNCIA DELIBERATIVA



André Degenszajn

Antônio Ermírio
de Moraes NetoAry Oswaldo
Mattos FilhoFabio
Barbosa Filho

Guilherme Ferreira



Luiz Lara



Maria Alice Setubal



Pedro Parente



Vera Cordeiro

DIRETORIA EXECUTIVA

GRUPO DE APOIO
CONTÍNUO (GAC)

Instância Consultiva
(70 organizações
do ecossistema)

PARCEIROS
ESTRATÉGICOS

Deloitte.

Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

APOIO



Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

instituto
pennsula

LEW'LARA TBWA

3

Processo de construção das recomendações

A construção das recomendações partiu de uma série de documentos produzidos entre 2012 e 2015, sistematizados e debatidos pela FTFS com profissionais e organizações atuantes no campo das Finanças Sociais e Negócios de Impacto. Foram analisadas, também, 85 recomendações elaboradas pelos países do G7. Destas, especialistas discutiram as que tinham relevância no ecossistema bra-

sileiro. Entre eventos e reuniões individuais, foram consultadas 500 pessoas que garantiram a diversidade de visões, interesses e temas a serem abordados pelas recomendações.

Considerando as conexões do ecossistema, foram consolidadas quatro macro alavancas que precisam ser impulsionadas conjuntamente nos próximos anos para o fortalecimento do campo.

Critérios para priorizar os temas e recomendações que poderiam contribuir com as 4 alavancas:

- Impacto para o campo x viabilidade de implementação (em relação à vocação da Força Tarefa de Finanças Sociais, aos recursos disponíveis, à simplicidade e à rapidez)
- Visão sistêmica da dinâmica do campo (impulsionar todas as alavancas propostas)
- Visão global (aprendizados de outras forças tarefas considerando o contexto Brasil)
- Contemplar e comprometer todos os atores

ALAVANCAS PARA FORTALECIMENTO DO CAMPO

Ampliação da oferta de capital

Trazer mais recursos financeiros, por meio de doações, empréstimos, contratações ou investimentos, para o campo das Finanças Sociais e Negócios de Impacto significa identificar os atores que poderiam contribuir de forma mais expressiva no curto prazo, convocar novos participantes para ofertar capital e fortalecer os mecanismos financeiros, novos ou existentes, que possibilitam esse fluxo de recursos.

Aumento do número de Negócios de Impacto qualificados e escaláveis

Ter mais empreendedores, inclusive da base da pirâmide, comprometidos e instrumentalizados para construir negócios que resolvam questões sociais ou ambientais tendo como base para um modelo de operação economicamente sustentável. Viabilizar mais Negócios de Impacto levará a mais modelos de operação testados e a mais casos de sucesso com impacto mensurado e resultado financeiro comprovado, atraindo mais investimentos e gerando um ciclo virtuoso e inspirador para novos empreendedores e investidores.



Fortalecimento de organizações intermediárias

Facilitar e qualificar a conexão entre a oferta e a demanda do capital é essencial para alinhar as expectativas e garantir a perenidade de parcerias. Expandir o número, a qualificação técnica e a abrangência geográfica das organizações intermediárias levará ao fortalecimento de agendas estratégicas no campo – como a qualificação dos empreendedores e seus modelos de negócio, a sistematização e disseminação de informações, a avaliação e certificação do impacto.

Promoção de um macro ambiente favorável às Finanças Sociais

Engajar lideranças públicas e privadas no desafio de mobilizar recursos financeiros para impacto, considerando a oportunidade de propor regulamentações e normas que facilitem o desenvolvimento do ecossistema das Finanças Sociais. Um ambiente mais simples e flexível para o fluxo de capital aos negócios de impacto levará ao surgimento de formatos mais inovadores para doar, investir e empreender.

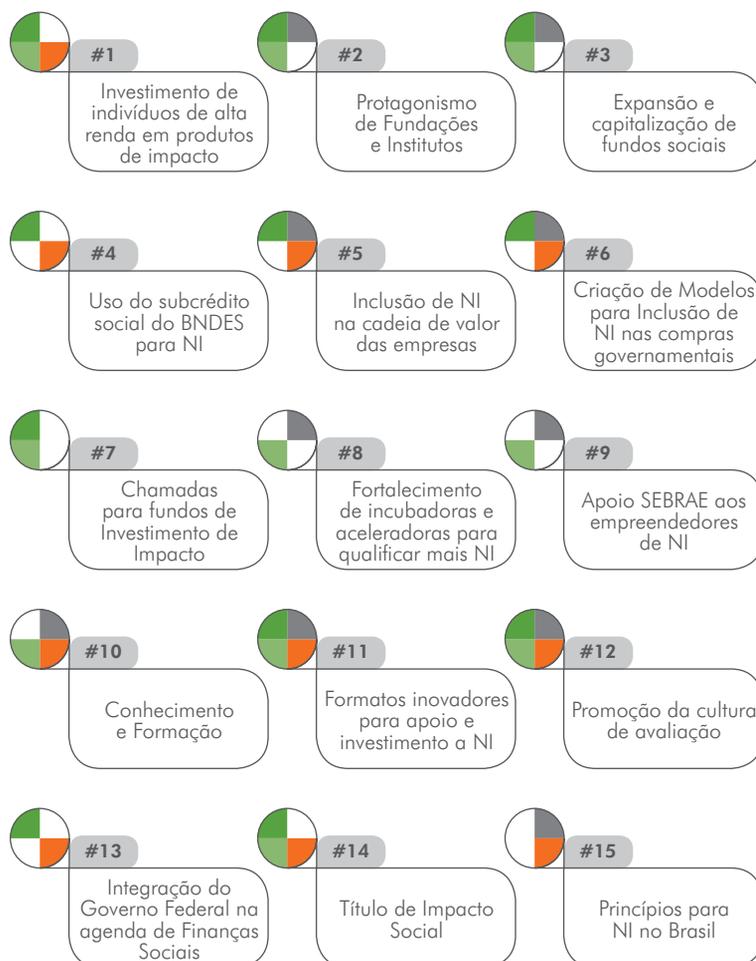
-  Ampliação da oferta de capital
-  Aumento do número de Negócios de Impacto qualificados e escaláveis
-  Fortalecimento de organizações intermediárias
-  Promoção de um macro ambiente favorável às Finanças Sociais

RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS

Entre todas as recomendações possíveis, optou-se por priorizar 15, com suas respectivas sugestões de metas para os próximos cinco anos e indicação dos atores chave que podem fazer delas uma realidade.

Para chegar a esse conjunto, verificou-se cuidadosamente se atendiam integralmente os critérios que, de fato, tem poder de impulsionar as alavancas que vão fortalecer o campo de Finanças Sociais.

DA COMBINAÇÃO ENTRE AS ALAVANCAS E OS CRITÉRIOS PARA FORTALECIMENTO DO CAMPO, NASCERAM AS RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS



MATRIZ RECOMENDAÇÃO X ATORES CHAVE

Cada recomendação é direcionada a um ou mais atores do ecossistema das Finanças Sociais – sem a intenção de excluir outras organizações ou indivíduos que possam colaborar com a disseminação e implementação das metas sugeridas. Os atores públicos, como o governo fe-

deral, o BNDES e os órgãos de controle relevantes (MPF, TCU, AGU, etc.), deverão ser incluídos no debate para garantir um melhor entendimento e implementação. A Força Tarefa de Finanças Sociais assume o papel de influenciar, articular, colaborar e acompanhar os atores indicados para implementação das recomendações.

Atores chave	Recomendações organizadas por atores chave														
	#1	#2	#3	#4	#5	#6	#7	#8	#9	#10	#11	#12	#13	#14	#15
ABVCAP							✓								
Agências de Fomento à Pesquisa										✓		✓			
Anprotec								✓							✓
Avaliadores/auditores/certificadores independentes												✓		✓	✓
Banco Central											✓				
Bancos comerciais e de Investimento	✓														
BNDES			✓	✓			✓								✓
Comissão de Valores Mobiliários											✓				
Empreendedores de Negócios de Impacto				✓	✓	✓			✓			✓		✓	✓
Empresas				✓	✓			✓							✓
Estudantes de graduação e pós-graduação											✓				
Family Offices	✓														
FINEP							✓			✓					✓
Firmas de investimento (gestores ou distribuidores)	✓									✓					
Fundações e Instituto (empresariais e familiares)		✓	✓			✓		✓							✓
Fundos de investimento							✓								
Fundos sociais			✓												
GIFE		✓													
Governo (federal, estadual e municipal)						✓		✓					✓	✓	✓
Incubadoras e aceleradoras								✓	✓						✓
Indivíduos de alta renda	✓		✓												
Instituições de Ensino Superior (IES)						✓				✓		✓			✓
Ministério público			✓												
ONGs que atuam na gestão pública						✓									
Órgãos de controle (MPF, TCU, AGU, etc)						✓									
Organismos multilaterais de crédito								✓							
Professores										✓					
SEBRAE					✓	✓		✓	✓	✓					✓

4

Recomendações
da Força Tarefa

RECOMENDAÇÃO #01

Investimento de indivíduos de alta renda em produtos financeiros de impacto

Descrição A FTFS recomenda a indivíduos de alta renda que, direta ou indiretamente (por exemplo, via *Family Offices*), incentivem as instituições financeiras das quais são clientes, bem como os gestores de fundos de investimentos que administram seu patrimônio, a criar produtos financeiros de investimento com impacto social, e/ou definir, para produtos existentes, um percentual de alocação nesse tipo de investimento.

Como em qualquer setor em estágio inicial, o de produtos financeiros de impacto social passa pelo dilema de impulso: a oferta de produtos é pequena pela baixa demanda dos investidores e a demanda é baixa porque a oferta de produtos por parte das instituições financeiras é pequena. Adicionalmente, dada a ausência de um histórico longo de desempenho, questiona-se se esses produtos são capazes de proporcionar retornos financeiros adequados.

Em vários países, há evidências de que esse círculo vicioso começa a ser quebrado, sobretudo por uma parcela dos investidores de alta renda, que agora agregam o impacto social aos seus objetivos de investimento, adicionando-o à análise de risco/retorno. Este tipo de investidor tem tido um papel pioneiro e crucial para o fomento da indústria de produtos financeiros de impacto social, exercendo forte influência sobre os gestores de seus recursos para que ofereçam tais produtos.

Nesse sentido, pessoas físicas e seus *Family Offices* devem requisitar a seus gestores de recursos que apresentem alternativas de investimento nas quais coexistam impacto social e desempenho financeiro. Ao atender os clientes atuais, esses intermediários têm a oportunidade de se antecipar a uma tendência global, uma vez que os investidores da nova geração, chamados *Millennials*, têm apontado a intenção de conectar propósito e lucro.

Experiência Internacional

O banco norte-americano JP Morgan criou uma área dedicada às Finanças Sociais – a *Social Finance & JPMorgan Chase* – que além de produtos financeiros de impacto social, oferece consultoria aos clientes que queiram atuar na área. O banco suíço UBS lançou em agosto de 2015 um fundo de Investimento de Impacto no Reino Unido – administrado pela Resonance – que será pioneiro em utilizar o benefício fiscal aprovado pelo governo inglês em 2014 para pessoas físicas que invistam em Negócios de Impacto (direta ou indiretamente).

Experiência Local

A ausência de produtos financeiros no sistema bancário moveu famílias interessadas em realizar investimentos em negócios de impacto a criar suas próprias estruturas de investimento e suporte ao ecossistema. Ana Lucia Villela além de criar o Instituto Alana, que é um dos principais quotistas da VOX Capital, também criou a empresa Alana Participações com o objetivo de apoiar a criação e o fortalecimento de negócios de impacto e investir diretamente nestes negócios. Esses investimentos ultrapassam a esfera do financeiro pois o Alanapar entra apoiando a gestão desses novos negócios. Parte desses recursos, e de outras famílias, poderiam ser capturados por bancos e instituições financeiras que ofereçam produtos de impacto adequados.

De forma similar, cabe também aos gestores de recursos (fundos de investimento, distribuidores, etc.) incluir em seu processo de investimento a observância de critérios de impacto social na escolha dos ativos que compõem suas carteiras.

Em um segundo momento, quando o tema de Investimento de Impacto estiver mais consolidado, a meta seria estender para toda a base de clientes dos bancos comerciais e dos gestores de recursos a oferta de produtos, mecanismos financeiros e estratégias de Investimento de Impacto.

Meta sugerida Sugere-se que indivíduos ou seus respectivos *Family Offices* direcionem de 1% a 3% do montante de seus investimentos para fundos/produtos financeiros de impacto social até 2020².

Atores-chave Indivíduos de alta renda; *Family Offices*; Instituições Financeiras, Firms de Investimento (gestores ou distribuidores).

² Segundo dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais), a indústria de *Private Banking* no Brasil tem R\$ 694 bilhões sob gestão (base 06/2015). A título de ilustração, se 15% desta base de ativos – cerca de R\$ 100 bilhões – direcionasse 1% para produtos de Investimento de Impacto, significaria R\$ 1 bilhão de novos recursos para o campo.

RECOMENDAÇÃO #02

Protagonismo de Fundações e Institutos em Finanças Sociais

Descrição A FTFS recomenda a Fundações e Institutos (empresariais, familiares e independentes) que realizem doações e investimentos para viabilizar iniciativas piloto e inovadoras do campo de Finanças Sociais e Negócios de Impacto.

Fundações e Institutos têm um forte compromisso com o fomento do setor social e seus impactos. Essas organizações têm vocação e autonomia para financiar e promover agendas de inovação e conhecimento, contribuindo para a antecipação de riscos, oportunidades e potencialidades de temas ainda incipientes.

Algumas Fundações e Institutos começam a experimentar investimentos em Finanças Sociais e Negócios de Impacto por acreditarem no potencial de impacto e escala que este campo se propõe a alcançar. Estas organizações têm realizado doações e investimentos para o desenvolvimento e fortalecimento de atores desse ecossistema, implementação de ações-piloto e produção de conhecimento. A consolidação e disseminação de casos de sucesso representará um convite para a entrada de novas fundações e institutos, bem como outros investidores, empreendedores e intermediários.

Considerando o desafio de atração de novos investidores para o campo, é estratégico que Fundações e Institutos atuem como, por exemplo, *Garantidores* (cobrindo total ou parcialmente

eventuais resultados negativos de investimento) e *Compradores de Primeiros Lotes* (reduzindo o risco de demanda para produtos inovadores) – desde que esse modelo esteja em concordância com seu dever fiduciário e obrigações legais.

Outra forma relevante das fundações e institutos relacionarem-se com o campo das Finanças Sociais está no uso de seus fundos patrimoniais. Estes fundos, além de ampliar a capacidade de investimento e sustentabilidade dos Institutos e Fundações no longo prazo, reduz o impacto das variações conjunturais. Uma vez estabelecidos, podem ter seus recursos investidos em fundos de Investimento de Impacto e em empresas com produtos e serviços diretamente relacionados à sua causa (saúde, educação, moradia, etc.), que gerem algum rendimento financeiro (*mission-related investment - MRI*).

Meta sugerida Sugere-se que Fundações e Institutos direcionem, até 2020, 5% de seus investimentos e doações ao desenvolvimento do campo das Finanças Sociais e Negócios de Impacto, preferencialmente em estratégias de fortalecimento de organizações intermediárias ou de atração de novos investidores.

Atores-chave GIFE, Fundações e Institutos (familiares, empresariais e independentes) e Ministério Público.

Experiência Internacional

Desde 2008, a Fundação Rockefeller apoia o desenvolvimento da indústria global de Investimento de Impacto, focando em quatro prioridades: 1) estimular plataformas que incentivem investidores de impacto a atuar coletivamente; 2) desenvolver uma infraestrutura para a indústria, por exemplo criando padrões de mensuração de impacto como o GIIRS e IRIS; 3) apoiar o nascimento e o crescimento de intermediários, como fundos de investimento de impacto; 4) contribuir com pesquisas e advocacy.

Em 2009, a Fundação Bill e Melinda Gates e os governos da Itália, Reino Unido, Canadá, Rússia e Noruega, operacionalizaram um Compromisso de Mercado Futuro de US\$1,5 bilhão para o suprimento de 200 milhões de vacinas contra pneumonia em países com renda inferior a US\$1 mil/ano/capita. A definição do preço de venda e da quantidade de vacinas, aumentou a atratividade do investimento para os laboratórios farmacêuticos. Até hoje, mais de 100 milhões de doses da vacina contra pneumonia já foram entregues e outras doenças estão sendo avaliadas como próximos alvos do instrumento.

Experiência Local

A Potencia Ventures (antes, Artemisia International) apoia iniciativas que contribuem para o fortalecimento do ecossistema de negócios que servem a base da pirâmide em mercados emergentes. Para isso, oferece capital financeiro - investimentos, empréstimos ou doações -, e intelectual - apoio estratégico, conhecimento e acesso a rede internacional de contatos. No Brasil desde 2004, foi o primeiro investidor e principal parceiro estratégico na criação de diversas iniciativas-chave no campo de Negócios de Impacto Social, entre eles a Artemisia, organização pioneira na disseminação do tema e no fomento de Negócios de Impacto Social no Brasil; a Vox Capital, primeira empresa brasileira de Investimentos de Impacto; o Impact Hub, comunidade global de empreendedores de Impacto e o capítulo brasileiro da ANDE, rede global de organizações que incentivam o empreendedorismo em mercados emergentes. Também financia pesquisas e estudos para disseminar conhecimento e informações sobre o campo. Algumas fundações como Fundação Lemann e Fundação Telefônica Vivo vem se posicionando como investidora no desenvolvimento do campo dos negócios de impacto. A Fundação Lemann apoiou 10 start ups com tecnologias para educação, apoiando-as a melhorarem seus modelos de negócio e no aprofundamento do conhecimento sobre educação pública. A Fundação Telefonica Vivo vem apoiando aceleradoras, fortalecendo empreendedores e garantindo compra de produtos e serviços de negócios de impacto que possam ser aplicados na formação de estudantes da rede pública, como a compra de licenças do Geekie Game que deu acesso gratuito a 1,3 milhão de alunos de 12 mil escolas diferentes em 2014 e de 600 mil alunos de 5,1 mil escolas em 2013.

RECOMENDAÇÃO #03

Expansão e capitalização de fundos sociais

Descrição A FTFS recomenda ao BNDES que direcione parte de seus aportes anuais de recursos não reembolsáveis para a capitalização de Fundos Sociais.

Diferentemente dos fundos de Investimento de Impacto, os fundos sociais captam recursos no mercado, investem em organizações sociais ou Negócios de Impacto, mas não preveem que o retorno financeiro seja devolvido para o investidor – e sim reinvestido na mesma ou em outras organizações. Essa lógica implica que as fontes de financiamento dos fundos sociais sejam recursos de doação, vindos de indivíduos, fundações, institutos ou bancos de desenvolvimento – com destaque para o potencial do BNDES por meio de suas linhas de recursos não reembolsáveis.

Os desafios do BNDES na implementação da sua agenda social são a capilaridade (mapear bons projetos na maior abrangência geográfica possível) e a gestão (ampliar e monitorar a efetividade dos recursos investidos). Da mesma forma como tem buscado grandes institutos e fundações corporativas para apoiá-lo nesses desafios, o BNDES pode recorrer também aos Fundos Sociais, que teriam mais liberdade e agilidade para estruturar e oferecer novos mecanismos de doação, empréstimo e investimento adaptados às especificidades do campo. Por exemplo, por meio de empréstimos sem exigência de garantias reais ou investimentos com taxas de retorno decrescentes conforme o aumento do impacto social.

O uso de recursos doados justifica-se por três motivos principais: (a) a “reciclagem” do capital inicial representa uma multiplicação do impacto social, (b) a flexibilidade advinda de não se propor retorno ao investidor original permite mais maleabilidade nas relações risco/retorno/impacto disponíveis para os Negócios de Impacto e (c) o compromisso do empreendimento com a eficiência operacional e os resultados o capacita para um Investimento de Impacto ou crédito comercial futuro.

A existência de mais recursos disponíveis para Fundos Sociais implicará no surgimento de novos Fundos Sociais, que poderão investir em mais projetos, com mais casos de sucesso potenciais e mais retorno a ser reinvestido. Esse ciclo virtuoso pode inspirar as próprias empresas, institutos e fundações corporativas a reverem, em suas estratégias de investimento social, a forma como têm financiado ONGs, cooperativas e negócios inclusivos.

Meta sugerida Sugere-se que o BNDES direcione, até 2020, 5% dos seus aportes anuais de recursos não reembolsáveis para a capitalização de Fundos Sociais.

Atores-chave Fundos sociais, BNDES, indivíduos de alta renda, fundações e institutos (empresariais e familiares).

Experiência Local.

A SITAWI Finanças do Bem é uma organização sem fins lucrativos com o objetivo de experimentar novas formas de atrair capital para impacto social e/ou ambiental. De 2008 a 2015, a SITAWI captou cerca de R\$ 1,8 milhão em doações para empréstimos socioambientais. A partir destes recursos, já emprestou cerca de R\$ 3,3 milhões (seu 1º fundo de empréstimos apresenta um fator de multiplicação de 2,3) para 16 Negócios de Impacto (10 sem fins lucrativos) que impactaram 150 mil pessoas. Apenas um dos empréstimos não foi pago em sua totalidade e, após o empréstimo Social ou Ambiental, algumas organizações passaram a atrair empréstimos de bancos comerciais e investidores de impacto. A SITAWI faz parte da Diretoria Executiva da Força Tarefa de Finanças Sociais. www.sitawi.net/

RECOMENDAÇÃO #04

Uso do subcrédito social do BNDES para Negócios de Impacto

Experiência Local

O Grupo CPFL Energia prevê em seu posicionamento de Investimento Social o desenvolvimento de ações que sejam estruturantes e convergentes com as políticas públicas. Com objetivo de dar escala a esses investimentos, foi estabelecida uma parceria com a Geekie, um dos principais Negócios de Impacto do Brasil. A Geekie desenvolveu uma plataforma de ensino adaptativa, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), que possibilita que os alunos descubram em qual conteúdo já ensinado é preciso melhorar e elabora um plano individual de estudos. Um dos principais objetivos é melhorar os indicadores educacionais municipais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a taxa de distorção idade-série, um dos maiores desafios da educação no Brasil. Em 2014, com a possibilidade de utilização de recursos provenientes do Subcrédito Social do BNDES, a CPFL Energia apresentou ao Banco o projeto em parceria com a Geekie, atendendo aos critérios desta linha de financiamento de garantir a redução das condições de vulnerabilidade e promoção da inclusão social. O projeto foi aprovado pelo BNDES e iniciado em 2015, atendendo 2,8 mil alunos de escolas públicas municipais de Araraquara-SP.

Descrição A FTFS recomenda ao BNDES que torne explícito o termo “Negócios de Impacto Social” na lista das aplicações válidas para recursos advindos do Subcrédito Social (Linha ISE) vinculados aos empréstimos econômicos do banco. Demais Bancos e Agências de Desenvolvimento com mecanismos similares deveriam também seguir esta recomendação.

O BNDES, quando realiza empréstimos acima de R\$ 100 milhões para empresas, sugere que ao menos 0,5% do montante tomado deve ser utilizado na agenda social do território em que os recursos do financiamento serão desembolsados, ou em ações de impacto amplo no ambiente macrosocial (ações que beneficiem segmentos da população nacional exposta a algum tipo de vulnerabilidade). Historicamente, esses recursos se reverteram em obras de infraestrutura.

Apesar de não existir uma restrição clara, também não há, entre os critérios e objetivos de uso do subcrédito, a possibilidade explícita de escolha dos Negócios de Impacto como entes provedores do impacto pretendido. Tornar o termo explícito dentro das regras do subcrédito seria um indicador importante da relevância do campo de Negócios de Impacto, do compromisso do BNDES com este campo e um atrativo para as empresas tomadoras dos grandes financiamentos.

Alternativamente, o BNDES poderia permitir e/ou incentivar que as empresas tomadoras de financiamento realizem a doação de parte desses recursos para um Fundo Social sem fins lucrativos presente na região de desembolso do financiamento ou com foco no ambiente macrosocial. Assim, a empresa ou instituto corporativo realiza a doação a uma organização que fará um empréstimo a um Negócio de Impacto ou a empreendedores sociais locais. Neste modelo⁵, quando o recurso retorna ao Fundo Social, passa a compor um fundo rotativo que pode circular várias vezes, capturando assim outras oportunidades de impacto na região ou no público-alvo.

Meta sugerida Sugere-se que o BNDES valide a aplicação do subcrédito social em Negócios de Impacto ou fundos sociais e, que até 2020, 5% de todo o recurso usado pelo subcrédito social seja aplicado nessas modalidades.

Atores-chave BNDES, Empresas, Empreendedores de Negócios de Impacto.

⁵ É fundamental que no uso do subcrédito via Fundo Social, a empresa tomadora do financiamento certifique-se que as doações ou empréstimos atendem às exigências do Banco de Desenvolvimento, já que esta deverá prestar contas do uso do recurso de maneira similar à que é realizada hoje.

RECOMENDAÇÃO #05

Inclusão de Negócios de Impacto na cadeia de valor das empresas

Descrição A Força Tarefa de Finanças Sociais recomenda a empresários, executivos e membros dos Conselhos de Administração que assimilem e adotem o conceito e a visão de Negócios de Impacto como parte da estratégia de suas empresas e que solicitem a suas equipes ações práticas de incentivo a esses empreendimentos em seus planos de ação.

As empresas, na figura de seus investidores e altos executivos, representam um importante ator para o desenvolvimento do campo das Finanças Sociais. Além de investimentos diretos nos Negócios de Impacto, elas são potenciais compradoras de produtos e serviços dessas organizações. Nessa perspectiva, seus fornecedores podem ser avaliados não apenas por parâmetros de custo, qualidade e prazo, mas também pelo impacto social que promovem. Essa reflexão também vale para institutos, fundações e organizações da sociedade civil.

No médio prazo, a integração de Negócios de Impacto nas compras das empresas não deve representar um aumento de custos. É preciso que a empresa vislumbre esse processo como uma oportunidade de gerar valor e proteger sua marca – seja por meio de estratégias de marketing, relacionamento com públicos prioritários e/ou licença para operar nas comunidades. Por conta da dimensão do desafio de apropriação desses valores adicionais, é importante que as áreas de sustentabilidade (ou correlatas) estejam próximas às de suprimentos.

Um caminho possível para o engajamento de grandes empresas seria dar maior ênfase a indicadores de impacto na cadeia de valor dessas empresas nos principais sistemas de autoavaliação aplicados, como os Indicadores Ethos, o Índice ISE, o Relatório GRI e o *B Impact Assessment*. Outra oportunidade seria a criação de fundos de investimento setoriais para temas estratégicos, como resíduos sólidos e logística reversa, que estimulassem o surgimento e a contratação de Negócios de Impacto.

Do ponto de vista da estratégia de investimento social da empresa, cabe avaliar sinergias para o desenvolvimento de Negócios de Impacto com potencial de fornecimento para a sua cadeia de valor. É importante que as áreas de sustentabilidade se aproximem de intermediários do campo (como aceleradoras e avaliadores de impacto) e alinhem as expectativas de qualidade e escala entre os empreendedores e os gestores de suprimentos.

Para atender ao desafio de mapeamento de potenciais fornecedores, também é bem-vindo o surgimento de plataformas online ou espaços físicos (como feiras) que possam conectar compradores dos setores público e privado com Negócios de Impacto.

Meta sugerida Sugere-se que Empresas criem estratégias e políticas internas para viabilizar, até 2020, que 5% de suas compras corporativas sejam feitas de Negócios de Impacto, e reportem periodicamente seu avanço em direção a meta.

Atores-chave Empresas, Institutos e Fundações Corporativas, Empreendedores de Negócios de Impacto, SEBRAE.

Experiência Internacional

O *Social Enterprise UK (SEUK)* atua para dar projeção aos Negócios de Impacto, realizando pesquisas, campanhas, *lobby* e criando redes de relacionamento entre os membros. A plataforma *Wates Social Enterprise Brokerage* foi lançada em 2013 e opera um conjunto de serviços no mesmo local, como um poupatempo na qual os interessados em contratar empresas sociais de diferentes setores (prioritariamente serviços de alimentação, limpeza, reciclagem e administração de resíduos) podem encontrá-las, conectando assim os diferentes atores da cadeia produtiva e possibilitando a inclusão das empresas sociais nessas cadeias.
<http://www.socialenterprise.org.uk/>

Experiência Local

Um dos objetivos definidos pela Natura é aumentar de 10% para 30%, em volume financeiro, até 2020, as compras de matérias-primas da Região Amazônica. Para chegar a essa meta, entre outras iniciativas, a empresa inaugurou em março de 2014 uma fábrica de sabonetes em Benevides, no Pará, que concentra todas as etapas da produção. Um investimento alto e complexo, que aproxima o negócio da origem dos insumos, abre um leque de oportunidades à população local. As cooperativas de extrativistas da região tornaram-se fornecedoras dos óleos de frutas para os produtos.

RECOMENDAÇÃO #06

Criação de modelos para inclusão de Negócios de Impacto nas compras governamentais

Experiência Internacional

O Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Comunitário do Estado de Victoria, na Austrália, produziu três manuais de orientação aos seus servidores sobre procedimentos de compras públicas e a inclusão de compras sociais nas aquisições do governo. Todos são de fácil consulta e estão disponíveis para download, como o *Social Procurement Toolkit* (Ferramentas para Compras Sociais), que traz um passo-a-passo para a incorporação das compras sociais nos mecanismos de compras públicas considerando cinco passos: estabelecendo um ambiente de contratação social; tornando-se pronto para as compras públicas sociais; planejando as compras públicas sociais; documentando as compras públicas; e, analisando a implementação.

Experiência Local

O município de Maringá, no Paraná, criou uma série de inovações em seu processo de compras por meio de pequenas reformas legislativas, como a criação de uma Diretoria de Compras e Abastecimento, que centraliza o processo de compra de materiais comuns em uma única instância, gerando ganhos de eficiência nas Secretarias.

Descrição A FTFS recomenda à Academia, ONGs que atuam na gestão pública, Institutos e Fundações que dêem visibilidade a iniciativas já existentes e ajudem na consolidação de modelos alternativos de compras de produtos e serviços de Negócios de Impacto que possam ser replicáveis e escaláveis pelos diferentes governos.

O setor público está entre os grandes compradores do país, gastando cerca de 10% a 15% do PIB em suas aquisições⁶. Incluir Negócios de Impacto nas políticas de contratações públicas irá induzir positivamente o mercado, dar relevância ao tema e reforçar o compromisso do Governo com a efetividade do impacto no atendimento à população.

O desafio, conforme levantado em pesquisa⁷, está ligado ao desconhecimento do tema e à complexidade jurídica, que deixam inseguros os responsáveis pelas compras públicas. Como exemplos, vale citar a dificuldade de diferenciação de um negócio pelo seu impacto social em um processo de convênio ou de licitação pública (Lei 8.666/93); ou o caso de tecnologias sociais inovadoras, e por isso ainda sem conorrentes diretos, de difícil classificação nas normas de licitações.

O caminho para equacionar esse contexto passa por estudar as legislações, identificar oportunidades, testar previamente as teses de impacto dos projetos e construir casos de sucesso que possam ser divulgados e multiplicados, informando e capacitando os gestores públicos. Adicionalmente, é preciso trabalhar com o Ministério Público e órgãos de controle (Tribunais de Contas, Advocacia e Controladorias) para encontrar formas de incentivar o fornecimento por meio de Negócios de Impacto sem ferir a legislação vigente e reduzir a complexidade jurídica de inovações no setor público.

O efeito esperado a partir desses casos é que mais gestores se aproximem dessa agenda, busquem capacitação e informação sobre regulações (como a de compras sustentáveis ou a da alimentação escolar), analisem a necessidade de adaptações ou de novos formatos jurídicos em conjunto com órgãos de controle, etc. com o objetivo de trazer maior qualidade e/ou eficiência dos serviços prestados pelo Estado.

Metas sugeridas Sugere-se que a Academia, ONGs que atuam com a gestão pública, escritórios de advocacia especializados em direito público, Institutos e Fundações construam, até 2017, um referencial (como um Guia Prático) e um documento de aperfeiçoamento legislativo sobre a contratação de Negócios de Impacto e financiem os primeiros pilotos que possam ser replicados pelas três esferas do Governo.

Atores-chave Governo federal, estadual e municipal; Órgãos de Controle, Empreendedores de Negócios de Impacto; SEBRAE, Institutos e Fundações, Instituições de Ensino Superior e ONGs que atuam na gestão pública.

⁶ <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/compras-sustentaveis>

⁷ Pesquisa "Inclusão de Negócios de Impacto nas Compras de Grandes Empresas e Governo", realizada pela FGV-EAESP a pedido da Força Tarefa de Finanças Sociais. São Paulo, março de 2015.

RECOMENDAÇÃO #07

Chamadas para fundos de Investimento de Impacto

Descrição A FTFS recomenda que bancos e agências de fomento federais (como por exemplo, o BNDES e a FINEP), estaduais (como por exemplo, Desenvolve SP) e organismos multilaterais (como o BID-Fumin, IFC, DEG, etc) incorporem o tema de Investimento de Impacto na definição de seus critérios para realizar chamadas para aportes em Fundos de Venture Capital e *Private Equity*.

Alguns destes atores – como por exemplo o BNDES, FINEP e BID Fumin - tiveram e ainda têm uma participação fundamental na construção e no fortalecimento da indústria de fundos de *Venture Capital* no Brasil e, portanto, terão um papel crucial no fomento à indústria de Fundos de Investimento de Impacto no Brasil, ao incorporarem em suas políticas de investimento uma terceira dimensão, a do impacto social, de forma adicional à análise de risco e retorno. Estas organizações têm a vocação e a envergadura para serem pioneiros, servindo como um indutor para a entrada de outros investidores, tanto públicos como privados.

Há ainda poucos fundos de *Venture Capital* (VC) no Brasil focados em Investimento de Impacto, o que inviabiliza, no momento, a realização de uma chamada específica para este tipo de fundo (a exemplo do que o BNDES fez com os fundos Criatec para fomento da indústria de empresas nascentes de base tecnológica). Assim, no curto prazo, o processo de seleção de Fundos de VC ou *Private Equity*, pode incluir como critério de escolha o compromisso do gestor com a inclusão de critérios de avaliação e metas de impacto social para as empresas investidas.

Metas sugeridas Sugere-se que, até 2016, estas organizações agreguem, como critério de seleção às suas chamadas para aporte em fundos de *Venture Capital*, o compromisso do gestor em definir, junto aos empreendimentos alvo do investimento, metas de impacto social e critérios de mensuração; e que a partir de 2017, realizem uma chamada anual para escolha de gestores com foco específico na tese de Investimento de Impacto ou gestores não especialistas, mas que disponibilizem em sua plataforma Fundos de Investimento de Impacto Social.

Atores-chave BNDES, FINEP, agências de fomento estaduais, Organismos Multilaterais, Fundos de investimento, ABVCAP.

Experiência Internacional

Segundo relatório publicado pelo banco JPMorgan em maio de 2015, *Eyes on the Horizon – The Impact Investor Survey*, a indústria de fundos de investimento no mundo tem um total de ativos de US\$ 60 bilhões sob sua gestão, dos quais 18% têm como gestor organizações financeiras de desenvolvimento. Em pesquisas anteriores feitas pelo mesmo banco, estas organizações representavam a maior fatia dos ativos totais sob gestão no mundo. Essa mudança de perfil sugere o papel indutor – atrair novos investidores – que este tipo de investidor tem na construção de um novo campo.

Experiência Local

A FINEP e o BID FUMIN já são cotistas de um Fundo Nacional de Investimento de Impacto. O BNDES – por meio da área de Capital Empreendedor – está familiarizado com o tema, embora não tenha feito ainda um aporte.

RECOMENDAÇÃO #08

Fortalecimento de incubadoras e aceleradoras para qualificar mais Negócios de Impacto

Experiência Internacional

O projeto *The Rockefeller Foundation Impact Enterprise* da Fundação Rockefeller foi criado para ampliar o conhecimento sobre as estratégias e a efetividade dos processos de aceleração, buscando qualificar a compreensão do que funciona e do que é promissor na aceleração de Negócios de Impacto. Foram cumpridas três etapas: entendimento aprofundado das necessidades dos Negócios de Impacto, especialmente quando eles buscam escalar; levantamento de dados de 160 aceleradoras no mundo para entender o que era oferecido por cada uma delas; e, por fim, financiamento de inovações no processo de aceleração de cinco instituições, nos EUA, África e Ásia. As primeiras reflexões sobre este projeto podem ser encontradas no documento: *Accelerating Impact: Exploring Best Practices, Challenges, and Innovations in Impact Enterprise Acceleration* – Fundação Rockefeller (fev., 2015)

Descrição A FTFS recomenda a Empresas, Fundações, Institutos e Governo que considerem em suas estratégias de investimento social a inclusão de incubadoras e aceleradoras que contemplem formação e apoio a empreendedores com Negócios de Impacto.

No Brasil, grande parte dos Negócios de Impacto ainda carece, além do capital semente, de suporte em infraestrutura, apoio técnico para construção de seus modelos econômicos e de gestão e de mentoria para crescer e alavancar financiamentos maiores. Incubadoras e aceleradoras têm sido responsáveis por prover essas ferramentas, oferecendo aos empreendedores diversos serviços e gerando um espaço de aprendizagem e troca de experiências.

Hoje, no Brasil, já temos empreendimentos incubados ou acelerados promovendo impacto social. O desafio é estimular muito mais empreendedores a reformular ou reforçar seu compromisso com o impacto (e não apenas dando foco às variáveis de risco e retorno) com o objetivo de: (1) ter mais pessoas afetadas positivamente por seus produtos e serviços, (2) criar produtos e serviços que atendam diretamente a população de baixa renda ou que resolvam graves desafios sociais. Por isso, devem captar recursos privados orientados para esse foco.

Considerando a limitação de recursos das incubadoras e aceleradoras – no Brasil, a maioria é sem fins de lucro e muitas ainda dependem exclusivamente de recursos não reembolsáveis – é importante que haja um movimento intencional que impulse essa nova temática. Espera-se que Empresas, Fundações e Institutos, e mesmo o Governo (por meio das universidades gestoras de incubadoras) possam promover capacitações, premiações e investimentos diretos que apoiem a integração da lógica de impacto nas estratégias das incubadoras e aceleradoras.

A Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores⁸, com sua missão de agregar e potencializar sinergias entre as organizações membros, o SEBRAE e entidades regionais são parceiros importantes no desafio de legitimar o tema e garantir o envolvimento de incubadoras e aceleradoras nacionalmente.

Meta sugerida Sugere-se que até 2020, ao menos 10% das incubadoras e aceleradoras do Brasil se autodeclarem trabalhando com Negócios de Impacto em uma fração relevante de seu portfólio e utilizem indicadores para medir impacto social de seus empreendimentos incubados e acelerados.

Atores-chave Empresas, Fundações, Institutos, Governo, Incubadoras, Aceleradoras, Anprotec, SEBRAE.

⁸ Criada em 1987, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) reúne cerca de 300 associados, entre incubadoras de empresas, parques tecnológicos, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e outras entidades ligadas ao empreendedorismo e à inovação. A Associação atua por meio da promoção de atividades de capacitação, articulação de políticas públicas, geração e disseminação de conhecimentos.

RECOMENDAÇÃO #09

Apoio do SEBRAE aos empreendedores de negócio de impacto

Descrição A FTFS recomenda ao SEBRAE que avalie as múltiplas oportunidades de vincular ou fortalecer a temática dos Negócios de Impacto em seus produtos de formação e apoio a atuais e potenciais empreendedores, considerando o desafio de colocá-los em rede com um número maior de empresas.

O SEBRAE, por ser uma referência nacional como indutor de desenvolvimento para os pequenos negócios, tem um papel protagonista na ampliação do número de Negócios de Impacto no país.⁹ A partir do desafio de qualificar os empreendedores, é essencial que o SEBRAE ofereça produtos e serviços que melhorem a gestão dos negócios, promovam o acesso a mercados e serviços financeiros, disseminem soluções inovadoras e de cunho tecnológico, bem como democratizem o acesso a conteúdo e ferramentas de negócios a empreendedores de baixa renda.

O modelo de atuação do SEBRAE já considera que, não havendo produtos próprios para algumas especificidades de formação ou por escala insuficiente para atendimento, ele pode contratar intermediários que cumpram essa qualificação. Isso contribui para que muitas organizações do campo, como incubadoras e aceleradoras, consultores, organizações de avaliação de impacto, por exemplo, ganhem musculatura e ampliem sua base de atuação.

Considerando as limitações de acesso dos empreendedores sociais a investimentos, também poderiam ser propostas rodadas exclusivas de aproximação entre Negócios de Impacto e grandes empresas, investidores e Governo.

No âmbito governamental, é aconselhável que se inclua o tema de Negócios de Impacto no programa Fomenta, destinado a compras públicas.

Observação: o Sebrae, em seu escopo de atuação junto a Negócios de Impacto Social, prioriza organizações com a natureza jurídica de empresa e que distribui lucros. Todavia, por sua característica inclusiva e agregadora, atende também associações, cooperativas e empresas que reinvestem seus lucros.

Meta sugerida Sugere-se que o SEBRAE, nos próximos 5 anos, inclua nas suas mais diversas estratégias de formação, conteúdos de Finanças Sociais e Negócios de Impacto, visando atingir 100 mil empreendedores.

Atores-chave SEBRAE, Empreendedores de Negócios de Impacto, aceleradoras e incubadoras.

Experiência Local

A Maratona de Negócios Sociais é um concurso de quatro dias organizado pelo SEBRAE para apoiar indivíduos e organizações que queiram fazer decolar suas ideias de negócios sociais. Os participantes são submetidos a um programa com módulos de capacitação, consultoria de especialistas e mentoria de empreendedores sociais experientes que culmina em uma apresentação de seus modelos de negócio para uma banca de avaliadores, composta por investidores, financiadores, aceleradoras, incubadoras e provedores de serviços.

Desde 2013, já aconteceram 7 edições (no Rio de Janeiro, Florianópolis, Campo Grande e Vitória) com cerca de 280 participantes, em média de 40 empresas e/ou potenciais empreendedores por edição. Mais informações em <http://www.maratonadenegociossociais.com.br/>

⁹ Por estatuto e legislação, o SEBRAE apenas pode prover serviços a organizações com constituição de Pessoa Jurídica "Empresa", ou seja, com fins lucrativos e distribuição de lucros conforme definido em contrato social, o que representa uma redução do universo de negócios sociais que poderiam se beneficiar de seus serviços.

RECOMENDAÇÃO #10

Produção de Conhecimento e Formação em Finanças Sociais, Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto

Experiência Local

Escolas conceituadas já estão criando cursos e centros de estudos relevantes sobre Finanças Sociais e Negócios de Impacto. Como exemplo, citamos a **EAESP-FGV**, que criou o Núcleo de Negócios de Impacto Social; o **Inspier**, que criou o Centro de Avaliação de Impacto Metrics; a FEA/USP, que com o **CEATS** criou o 1º MBA em Gestão de Negócios Socioambientais em parceria com a Artemisia e o IPE; e a ESPM, que criou o **ESPM Social Business Centre** em parceria com o Yunus Center.

O ICE – Instituto de Cidadania Empresarial criou em 2012 o **Projeto Academia** para introduzir as temáticas de Finanças Sociais e Negócios de Impacto em três instâncias acadêmicas: docência, pesquisa e extensão. Em julho de 2015, o ICE trabalha diretamente com professores de nove instituições de ensino superior para estimular a produção de conhecimento, disseminação da temática para outros Estados e a premiação de trabalhos acadêmicos nessas temáticas. O ICE faz parte da Diretoria Executiva da Força Tarefa de Finanças Sociais www.ice.org.br

Experiência Internacional

Escolas globais vem ampliando sua presença no tema das Finanças Sociais e Negócios de Impacto, criando centros e cursos como a *London School of Economics – Research Center* e a *Columbia University – The Tamer Center for Social Enterprise*.

Descrição A FTFS recomenda às Instituições de Ensino Superior (IES) que incluam as temáticas de Finanças Sociais, Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto na grade curricular das mais variadas áreas, estruturarem cursos específicos e direcionem esforços para a produção e disseminação de conhecimento nessa temática.

É essencial que os temas de Finanças Sociais, Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto façam parte da literatura acadêmica nacional, como há alguns anos ocorreu com o campo da filantropia e da sustentabilidade. A academia tem papel central na formação de conceitos, consensos sobre nomenclaturas, parâmetros legais, pesquisas de avaliação dos Negócios de Impacto e elaboração de casos de sucesso e de fracasso.

Para contribuir com a formação de professores nessa nova temática, torna-se essencial a proliferação de centros de estudos, *think tanks*, linhas de pesquisas, viagens de campo, seminários, etc., que possam refletir sobre potencialidades e desafios do campo; assim como financiadores públicos e privados que direcionem recursos e incentivem a promoção de eventos, intercâmbios, espaços colaborativos, etc. Um resultado emblemático é a inclusão da pauta de Finanças Sociais, Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto na grade de cursos de ensino superior – não restrita aos ligados à Administração e Economia – ou a eventual criação de novos cursos específicos.

Estas ações de formação visam aumentar o número de profissionais interessados em atuar ou empreender nesse campo, fortalecer seu conhecimento sobre os instrumentos financeiros mais adequados para financiar Negócios de Impacto com e sem fins lucrativos e colaborar para que profissionais do mercado convencional tenham uma visão qualificada sobre o paradigma “impacto x lucro”.

O uso de bolsas de estudo da Fapesp, CNPq e FINEP (desde que vinculadas a inovação social) e de consulados, ligados a países onde estas temáticas já são desenvolvidas, pode servir de incentivo ao aumento de teses de mestrado e doutorado desenvolvidas, na temática de impacto. Fundações e fundos de origem empresarial deveriam apoiar economicamente o desenvolvimento desta recomendação.

Meta sugerida Sugere-se que o meio acadêmico, até 2020, tenha ao menos um curso de graduação, um de pós-graduação e um de especialização nas áreas de Finanças Sociais, Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto em cada região do país. Sugere-se que agências de fomento à pesquisa (regionais e nacional) explicitem o tema como uma linha (ou sub-linha) de financiamento e criem edital de pesquisa específico. Sugere-se que as IES estimulem seus professores a incluírem esses conceitos em suas linhas de pesquisa e que proponham à CAPES edição especial em revistas qualificadas.

Atores-chave Instituições de Ensino Superior (Universidades e Faculdades), Professores, FINEP, Estudantes de graduação e de pós-graduação, Agências de Fomento à Pesquisa (nacional e regionais), Fundações Nacionais e Internacionais e Consulados de países onde estas temáticas já estão desenvolvidas.

RECOMENDAÇÃO #11

Formatos inovadores e financeiramente sustentáveis para financiamento de Negócios de Impacto

Descrição A FTFS recomenda aos órgãos reguladores do mercado financeiro, em especial Banco Central e Comissão de Valores Imobiliários (CVM), que normatizem plataformas inovadoras de captação de recursos para empresas, em especial àquelas em estágio inicial de desenvolvimento.

Faltam, no Brasil, alternativas de financiamento para empresas em estágio inicial de operação. Há um estágio na trajetória dos empreendimentos em que eles já deixaram de ser incubados ou acelerados, mas ainda não têm tamanho para receber investimentos de um Fundo de *Venture Capital*, nem balanço e/ou garantias para acessar linhas tradicionais de investimento e financiamento. O resultado tem sido uma elevada taxa de mortalidade de empresas nessa etapa.

Para preencher esta lacuna, plataformas digitais para captação de recursos estão sendo utilizadas com sucesso em vários países. Elas permitem que pessoas físicas possam fazer investimentos em empresas, seja via participação acionária – conhecido como investimento coletivo (*equity crowdfunding*) – seja via cessão de dívida (as plataformas *peer-to-peer*).

No Brasil, no entanto, essas duas modalidades de plataforma não têm ainda um ambiente regulatório claro, o que tem inibido a atuação dos atores existentes e dificultado a entrada de novos participantes.

Em relação às plataformas digitais de investimento coletivo em participação acionária, há necessidade de uma nova instrução da CVM que regulamente a atividade no que diz respeito à figura jurídica do provedor deste serviço, à qualificação do tipo de investidor elegível, à qualificação da empresa a receber o investimento e ao modelo de Governança.

Já as plataformas digitais de empréstimo pessoa física-pessoa jurídica precisam de uma regulação mais flexível e moderna por parte do Banco Central.

Meta sugerida Sugere-se que, até o final de 2016, o Banco Central e a CVM, em conjunto com os atores privados atuantes no campo, definam novas regulações que permitam o crescimento dessas plataformas, em um ambiente regulatório seguro e moderno.

Atores envolvidos Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Organizações intermediárias focadas no desenvolvimento destes instrumentos.

Experiência Internacional

O maior ator global na área de plataforma online de empréstimos “*peer-to-peer*” é a empresa americana **Lending Club**, que desde a sua criação, em 2008, intermediou empréstimos no montante de US\$ 11 bilhões (dado de 30/06/15).

No área de plataformas online de investimento coletivo, uma referência global é a **Angel List**.

Experiência Local

A **Broota** é um pioneiro na operação de plataformas online de investimento coletivo no Brasil.

A **Biva** é uma das plataformas online que possibilita que investidores individuais emprestem recursos para empreendedores.

RECOMENDAÇÃO #12

Promoção da cultura de avaliação entre empreendedores e investidores de impacto

Descrição A FTFS recomenda às Instituições de Ensino Superior e às Entidades Avaliadoras e Certificadoras que construam e implementem um plano de disseminação da cultura de avaliação no Brasil para empreendedores e investidores de impacto, acompanhando as tendências globais de uma linguagem comum e padrões de avaliação de impacto.

Um dos pilares das Finanças Sociais é o compromisso com o impacto social e ambiental mensurado e analisado periodicamente. A avaliação da transformação obtida permite que empreendedores busquem entender a verdadeira contribuição para sua missão, ou identificar oportunidades e ações mais efetivas para atender seus clientes ou beneficiários ou para dar escala aos seus negócios. A divulgação do impacto também reduz o risco e a incerteza do investidor, atraindo mais capital que beneficie mais indivíduos e comunidades.

Os empreendimentos devem ser construídos e avaliados a partir de sua teoria de mudança (o que pretendem transformar) e de suas metas de impacto (de quanto e em quanto tempo será essa transformação). Contudo, nem sempre os empreendedores conseguem explicitar seu impacto ou incluem a lógica de avaliação no seu sistema de gestão. Isso se dá pela falta de referências sobre o tema, pela baixa qualificação técnica para propor e acompanhar a agenda de impacto e pela falta de recursos para implementar processos de avaliação. Também é um desafio alinhar a expectativa e a efetividade do impacto entre quem financia, quem implementa e quem usufrui de cada negócio.

O movimento global que acompanha o campo das Finanças Sociais tem criado indicadores e métricas de desempenho, que buscam oferecer uma linguagem comum ao setor de Investimentos de Impacto e orientações para medir resultados sociais, ambientais e financeiros. Como exemplo de novas ferramentas de apoio temos o IRIS (*Impact Report and Investment Standards*), um catálogo com indicadores e métricas de desempenho, e o GIIRS (*Global Impact Investing Rating System*), uma plataforma de avaliação, análise e comparação do impacto social e ambiental para empresas e fundos.

Essas referências internacionais, que não substituem o olhar regional e específico sobre cada negócio, devem ser acompanhadas na perspectiva de manter um alinhamento global, inclusive para que o Brasil também contribua com essa agenda.

A maturidade da agenda de impacto no Brasil depende da expansão e integração das organizações que discutem o tema – sejam Instituições de Ensino Superior ou entidades avaliadoras e certificadoras de impacto que, atuando de forma independente, dão credibilidade e dinamismo ao campo. Novos centros de avaliação precisam ser criados, assim como fóruns para trocas e sinergias precisam ser promovidos. Esses atores devem manter no radar a disseminação da cultura de avaliação para empreendedores e investidores, atuando na construção e democratização do acesso a ferramentas, estudos, capacitações e fóruns de discussão.

O desafio de levantar recursos para a avaliação será encaminhado, em parte, pelos modelos de negócio já construídos com a lógica de avaliação de impacto incluída em seu sistema de gestão e pela sensibilização dos investidores em relação ao financiamento dessa necessidade, o que colabora, inclusive, com o processo de saída desse investidor.

Meta sugerida Sugere-se que Institutos, Fundações, investidores de impacto, empreendedores e governo financiem Instituições de Ensino Superior e organizações avaliadoras e certificadoras para que criem ao menos um centro de avaliação de impacto por Estado, com o compromisso de atuar em parceria com atores locais, sistematizar e disseminar seus aprendizados. Sugere-se que investidores estruturarem planos de financiamento de avaliação para pelo menos 25% dos negócios de seu portfólio lançando mão de abordagens e metodologias plurais para conhecer o impacto de seus negócios.

Atores-chave Instituições de Ensino Superior, Entidades avaliadoras e certificadoras e Empreendedores de Negócios de Impacto.

Exemplo Nacional

○ Inspirare iniciou um processo, com o Plano CDE, a Move Social e alguns atores do ecossistema de investimento de impacto, para desenvolver um conjunto de indicadores que apoiem a avaliação de soluções educacionais. A intenção é oferecer uma ferramenta, que deve ser aprimorada ao longo do tempo com outros atores do campo, afim de se constituir um ativo para o setor. A ideia é que o mecanismo seja adotado por diferentes negócios em educação interessados em buscar evidências para o impacto que se propõem a gerar. O material propõe-se a ser um cardápio sugestivo de dimensões, indicadores e questões a ser permanentemente discutido e aprimorado com a colaboração de empreendedores e especialistas, principalmente das áreas de educação e avaliação. Além disto, o Inspirare lançou recentemente a plataforma apreender.org.br, que reúne uma série de referências, informações, depoimentos e ferramentas para auxiliar negócios de impacto em educação.

RECOMENDAÇÃO #13

Integração do Governo Federal na agenda de Finanças Sociais

Descrição A FTFS recomenda ao Governo que incorpore o tema de Finanças Sociais na condução de políticas públicas, atuando com visão estratégica para impulsionar o campo, por meio da viabilização de mecanismos financeiros de impacto e o fortalecimento de organizações intermediárias.

Há dez anos, o tema das Finanças Sociais tem se apresentado, principalmente aos países do G7, como uma alternativa de atração de capital privado, complementar à filantropia e alinhado a políticas governamentais, para a solução de desafios sociais. Nessa perspectiva, o envolvimento do governo, nas suas três esferas, é primordial para potencializar e orientar o campo. Experiências internacionais identificam três papéis para o governo: regulador (de mecanismos financeiros de impacto), fomentador (de temas, modelos e organizações indutoras) e comprador (de produtos e serviços originários de Negócios de Impacto).

Com a entrada do Brasil, em setembro de 2015, no *Global Social Impact Investment Steering Group* – organização formada a partir da Força Tarefa de Investimento de Impacto Social dos países do G7 – serão criadas oportunidades de atuação conjunta e posicionamentos sobre questões específicas que o Governo Brasileiro pode levar para seu âmbito de atuação e liderança no G20.

A existência de um movimento global é mais um dos fatores que reforçam a importância de haver um representante legítimo do Governo no tema, com o mandato de (1) acompanhar a agenda internacional e oportunidades para alavancar o movimento local, (2) identificar oportunidade de integração entre ministérios e programas em andamento, e (3) formular e articular políticas que construam a infraestrutura necessária para avanços do campo.

Meta sugerida Sugere-se que, até 2016, o Governo Federal identifique uma secretaria vinculada a um destes Ministérios - Fazenda, Planejamento ou Casa Civil – que seja responsável por atuar como ponto focal no acompanhamento e articulação da agenda de Finanças Sociais, tanto para o contexto nacional quanto para o global.

Atores-chaves Governo Federal.

Experiência Internacional

A referência global no tema de Finanças Sociais é o Reino Unido, onde o governo tem tido, nos últimos 15 anos, um papel de liderança na construção do ecossistema de investimento social de impacto. A Secretaria de Finanças Sociais, subordinada ao Ministério da Sociedade Civil, é o grande articulador da agenda desse campo no país. O Governo implementou uma série de iniciativas, buscando fortalecer a infraestrutura do setor, atuando em três frentes: regulação, compras e fomento. O exemplo mais emblemático foi a criação, em 2012, do *Big Society Capital*, um banco social de atacado, que nasceu com patrimônio de 600 milhões de libras esterlinas e tem como foco o fortalecimento dos intermediários que atuam no campo das Finanças Sociais.

RECOMENDAÇÃO #14

Título de Impacto Social

Experiência Internacional

Em setembro de 2010, começou a operar o SIB na prisão de Peterborough no Reino Unido. Intervenções voluntárias foram oferecidas aos reclusos (homens com mais de 18 anos) sentenciados a penas curtas (inferiores a 12 meses) durante sua permanência na prisão e até 12 meses após sua libertação, com o objetivo de reduzir a reincidência criminal. O “intermediário”, *Social Finance UK*, uma organização sem fins lucrativos especializada em Finanças Sociais, captou 5 milhões de libras esterlinas, principalmente de indivíduos e fundações interessadas no tema de prisões ou Finanças Sociais. O pagamento se daria no caso de uma redução da reincidência criminal de 7,5% na soma dos três grupos estudados, quando comparada a um grupo de controle (reclusos com as mesmas características nas demais prisões do Reino Unido). Pagamentos intermediários poderiam ser feitos caso alguma turma atingisse 10% de redução da reincidência em comparação ao grupo de controle. O primeiro bloco de pessoas registrou uma redução de 8,4% em comparação com o grupo de controle e a tendência é que os investidores tenham um retorno financeiro positivo (que por contrato será limitado a 13% anuais. A inflação no Reino Unido é de cerca de 2% ao ano).

Descrição A FTFS recomenda ao Governo Federal que apoie o desenvolvimento de um mercado de Títulos de Impacto Social, incentivando governos estaduais e municipais a fazerem uso dessa ferramenta alternativa e aumentando, assim, a eficácia da alocação de recursos para intervenções sociais.

Os Títulos de Impacto Social (em inglês, *Social Impact Bonds - SIB*)¹⁰ são contratos públicos de serviços sociais atrelados a um mecanismo de pagamento por desempenho. Trata-se de um acordo entre várias partes: (a) um governo, que se compromete a pagar pelo atingimento de um resultado social definido (em alguns casos, o pagador poderia ser uma Fundação Filantrópica ou Agência de Desenvolvimento), (b) um operador social com experiência naquele campo e com métricas de impacto social (em geral uma organização sem fins lucrativos), (c) investidores que financiam o operador durante a vigência o contrato. O *SIB* é geralmente estruturado por (d) um intermediário que desenha o acordo de forma a alinhar as entregas de cada ator, e conta com (e) um avaliador externo que verifica o atingimento da meta contratada.

Esses papéis garantem liberdade para que modelos inovadores de tecnologia social sejam testados e refinados, buscando maximizar o impacto das intervenções, em alguns casos, a menores custos. É uma ferramenta inovadora de investimento, que busca impacto social aliado a retorno financeiro, e que já é utilizada em mais de 20 países, incluindo as nações do G7, Portugal e Índia, onde destacam-se objetivos de redução de reincidência criminal, recolocação profissional de pessoas em risco social, redução de evasão escolar, redução de episódios severos de asma infantil e redução de gravidez na adolescência.

Os *SIBs* alteram profundamente a lógica governamental de gestão dos recursos públicos de um foco prioritário nos aspectos financeiros da prestação de contas para um foco na gestão do impacto social gerado. O pagamento por desempenho garante que o dinheiro público não seja utilizado em ações sem resultados. O risco financeiro passa a ser gerenciado pelo investidor privado. Se os resultados não são alcançados, os investidores podem perder parte ou todo seu investimento e o recurso público é preservado. Se os resultados forem alcançados, o governo pode usar parte de sua economia para remunerar o investidor. Já para os prestadores de serviços que desenvolvem e operam tecnologias sociais, o instrumento garante o pagamento contínuo de suas atividades e uma forma mais estável de financiamento de sua missão social.

Meta sugerida Sugere-se que o Governo Federal crie um ou mais fundos de fomento ao setor, que possam co-financiar, com governos estaduais e locais, a estruturação do *SIBs* no Brasil (estudos de viabilidade, criação de indicadores de impacto, implantação de projetos pilotos, disseminação de resultados, etc.)

Atores chave Governos federal, estaduais e municipais, operadores com histórico e evidência de impacto social, investidores de impacto, auditores/avaliadores independentes, intermediários de Finanças Sociais, BID e Empreendedores de Negócios de Impacto.

¹⁰ Apesar do nome, tecnicamente não são *bonds* ou títulos de empréstimo, uma vez que o pagamento está condicionado ao alcance dos resultados pactuados.

RECOMENDAÇÃO #15

Princípios para Negócios de Impacto no Brasil

Descrição A FTFS recomenda aos Empreendedores de impacto, Aceleradoras, Empresas, Fundações e Institutos, Organizações Filantrópicas, Instituições Financeiras, Academia e Governo que utilizem os Princípios para Negócios de Impacto no Brasil¹¹ como referência na definição de Negócios de Impacto.

O campo das Finanças Sociais e Negócios de Impacto ainda está se consolidando no Brasil e, por isso, seus conceitos e referências teóricas também estão em processo de construção. Um dos pontos de divergência é a definição de Negócios de Impacto, ator responsável por implementar as soluções que melhorarão a qualidade de vida da população.

A partir desse desafio, e com o apoio de mais de 50 pessoas e organizações que atuam nesse campo, a Força Tarefa Sociais de Finanças estruturou um documento com quatro Princípios que diferenciam os Negócios de Impacto das ONGs ou dos negócios tradicionais: (1) a organização tem um propósito de gerar impacto social positivo explícito na sua missão; (2) a organização conhece, mensura e avalia seu impacto periodicamente; (3) a organização tem uma lógica econômica que a permite gerar algum tipo de receita própria; (4) a organização possui uma governança que leva em consideração os interesses de investidores, clientes e comunidade.

Neste documento propõe-se uma visão inclusiva, ou seja, a definição de Negócios de Impacto independe da constituição jurídica da organização, podendo ser uma associação sem fins de lucro, fundação, cooperativa, sociedade simples ou empresarial. Apresenta-se também níveis de maturidade para cada Princípio, indicando um caminho possível para que o empreendedor reflita sobre seu negócio, avance na sua intenção de gerar cada vez mais impacto social e em mensurá-lo.

Uma vez estabelecidos esses parâmetros, o desafio é que ele seja divulgado, validado e incorporado em ações práticas – como regulamentos para premiações, editais ou chamadas de fundos de investimento.

Meta sugerida Sugere-se que as chamadas de Fundos de Investimento, que Aceleradoras e Incubadoras, que os aportes de grandes empresas e que estudos da Academia que envolvam Negócios de Impacto adotem os Princípios para Negócios de Impacto no Brasil.

A Carta deve ser adotada como referência para futuras regulamentações e para a elaboração de políticas públicas sobre o tema.

Atores-chave Empreendedores de Negócios de Impacto, Aceleradoras e Incubadoras, Empresas, Fundações e Institutos, Instituições de Ensino Superior, BNDES, FINEP, ANPROTEC, Avaliadores/Auditores/Certificadores Independentes, SEBRAE e Governo.

Experiência Local

O Instituto Quintessa vinculou os parâmetros da Carta de Princípios de Negócios de Impacto à seleção de negócios do seu Programa de Aceleração 2015. quintessa.org.br/quem-somos/criterios-de-selecao

¹¹ Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil e Formas de Uso – Elaborada pela Força Tarefa de Finanças Sociais, com apoio de organizações do ecossistema: www.forcatarefafinancassociais.org.br

Outras ações importantes para o campo

5

Para além das 15 recomendações, foram identificadas outras ações estruturantes para o campo:

- Estruturar pesquisa de mapeamento de Negócios de Impacto: entender o número de Negócios de Impacto, seu perfil, foco de atuação, impacto social gerado no Brasil, necessidades e oportunidades. Este mapeamento pode ser usado para divulgação de oportunidades do campo, aumentar o conhecimento dos negócios e organizações existentes.
- Desenvolver ferramentas de acesso a informações sobre linhas de financiamento e capital disponível a Negócios de Impacto.
- Constituir repositório de informações sobre o campo de Finanças Sociais e Negócios de Impacto, conectado a referências internacionais e à produção nacional.
- Acompanhar evolução do campo das Finanças Sociais e Negócios de Impacto, com indicadores para as 4 alavancas propostas pela FTFS, que possa ter um marco zero em 2016 e atualizações anuais.
- Estimular a criação de plataformas digitais de acesso a clientes, que permitam a compra de produtos e/ou serviços de Negócios de Impacto em um canal que concentre diversos pequenos empreendedores.
- Criar, manter e dar publicidade a uma base de dados de custos governamentais unitários de intervenções sociais (e.g. custo mensal por prisioneiro) como forma de fomentar a busca de intervenções de maior eficiência.
- Publicar relatórios com informações sobre os desafios e oportunidades para Negócios de Impacto em setores (Ex: relatório da Potencia Ventures e Porvir sobre educação).
- Avançar com velocidade na definição e implementação de medidas que simplifiquem e estimulem o investimento estrangeiro direto em empresas brasileiras ou por meio de fundos locais, especialmente para empresas de menor porte.
- Fomentar o investimento do tipo anjo (aquele feito por pessoas físicas à empresas em estágio inicial de operação – as *start-ups* – e que contempla recursos financeiros, apoio intelectual e acesso a rede de contatos pessoal ou profissional do investidor), reduzindo riscos para o investidor (por exemplo, de ser acionado judicialmente em caso de débitos, em especial os trabalhistas e fiscais, da empresa investida).
- Alinhar atuação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e plataforma de negócios inclusivos do PNUD.

6

Próximos passos

A publicação das recomendações representa um marco para a Força Tarefa de Finanças Sociais. É a consolidação de diálogos com representantes do campo sobre os conceitos, a abrangência e as prioridades dessa agenda; e estabelece metas que podem direcionar esforços e monitorar os avanços nos próximos anos.

A implementação das recomendações depende de vários atores do ecossistema, mas o mandato da Força Tarefa de Finanças Sociais é a ampla divulgação desse conteúdo e a conexão entre organizações e profissionais parceiros que possam colaborar com a viabilização das metas propostas.

AÇÕES PREVISTAS PARA A FORÇA TAREFA A PARTIR DESSA PUBLICAÇÃO

INFLUÊNCIA

- Reuniões e eventos com atores chave
- Publicação de estudos e pesquisas
- Esforços de imprensa

ARTICULAÇÃO

- Identificação e adesão de ator líder de cada recomendação
- Conexão com agenda e experiências globais

MONITORAMENTO

- Acompanhamento das atividades e marcos
- Divulgação de relatórios sobre avanços do campo

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

- Definição conjunta de atividades e marcos
- Levantamento de dados base zero
- Ações de apoio ao plano
- Criação de plano de comunicação

OS NEGÓCIOS DE IMPACTO EM 2020

Imaginar o Brasil, em especial o mercado de Finanças Sociais em 2020, foi um exercício constante da Força Tarefa de Finanças Sociais e de todos os seus colaboradores. As recomendações desta publicação reúnem os principais aspectos con-

siderados viáveis pelo grupo de trabalho para se tornar uma realidade num futuro não muito distante. Sem deixar de ser realista mas, acima de tudo, mantendo-se consistente e obstinado com o espírito desafiador que tanto inspira esses profissionais, as notícias abaixo são as que se espera ver no Brasil de 2020.

Conversa entre um gerente de agência e um cliente

Bom dia, como posso ajudá-la?

Estou buscando diversificar minha carteira de investimentos e gostaria de aumentar a parcela dedicada a fundos de impacto.

Pois não. Temos dois fundos temáticos novos: um voltado a negócios operados por mulheres e outro concentrado em soluções para os desafios de água.

Qual o critério de escolha dos negócios operados por mulheres?

O fundo tem parcerias com incubadoras tecnológicas e usa os parâmetros GIIRS 3.0 para tomar decisões de investimento (...)

Ótimo, acho que agora conseguirei atingir minha meta de 5% do meu patrimônio voltado para investimentos de impacto social e ambiental, além de minha filantropia anual, claro. Muito obrigada!

<http://www.bmfbovespa.com.br/>

Informe aos Participantes do Mercado

A BM&F Bovespa tem o prazer de anunciar que, a partir do exercício de 2020, todas as empresas listadas na bolsa de valores divulgarão em seus Relatórios Trimestrais e Anuais o valor absoluto e percentual de suas compras feitas de Negócios de Impacto. A BM&FBovespa assume a responsabilidade de consolidar estes valores e comunicá-los à sociedade. Esta iniciativa demonstra o compromisso das empresas brasileiras com o desenvolvimento do país e com mais justiça social.

<http://www.brasil.gov.br/>

Notícia divulgada no site oficial do governo Brasileiro

O secretário-executivo de Finanças Sociais, do Ministério do Planejamento, anuncia hoje o lançamento do décimo Título de Impacto Social do país, estruturado com apoio de recursos do governo federal e focado na redução de reincidência criminal, num estado da Região Nordeste. Clique aqui para saber mais!

Divulgação da Pesquisa sobre Jovem e o Mercado de trabalho

“Os jovens estão engajados no desafio de gerar trabalho e renda a partir da resolução de problemas sociais. Eles buscam faculdades que consigam dar ferramentas e inspiração para esse caminho”.

Bloomberg

O índice de Negócios de Impacto da bolsa rendeu mais do que o índice das empresas tradicionais pelo 3º ano consecutivo.

7

Chamada para ação

A principal crença da Força Tarefa de Finanças Sociais é a de que **negócios podem resolver problemas sociais**.

Há dois pontos de partida: por um lado, buscar o Impacto Social com a mesma disciplina e energia com que tradicionalmente sempre se buscou o retorno financeiro; por outro, buscar incorporar modelos de negócios e finanças com o mesmo entusiasmo e desejo com que sempre se perseguiu o Impacto Social.

“Se cada um de nós fizer uma pequena mudança na nossa forma de ver o mundo, e se complementarmos essa mudança com ações, a transformação de toda a sociedade será inevitável”

Independentemente de quem você é ou em qual organização está engajado, em alguma página desta publicação há uma recomendação para você. Se não houver, crie uma nova, compartilhe com a Força Tarefa de Finanças Sociais e apoie o avanço do campo de Finanças Sociais no Brasil.

A FTFS convida todos os atores do campo a participar do desenvolvimento e consolidação desse mercado, organizando esforços, identificando desafios, líderes e soluções e celebrando avanços e vitórias coletivas nos próximos meses e anos.

Para isso, participe das redes de contato ou crie a sua própria, esteja por perto, atento e faça a sua parte. A FTFS estará sempre disponível para apoiá-lo. contato@fffinancassociais.org.br

8

Os conceitos aqui apresentados foram extraídos de publicações de importantes instituições relacionadas ao tema ou construídos coletivamente pela Força Tarefa de Finanças Sociais.

Aceleradora, adaptado de Artemisia

Uma aceleradora é um programa intensivo onde os empreendedores são desafiados constantemente a testar na prática novos modelos de receita e refinar seu impacto social em um ambiente de cocriação e colaboração intensiva com comunidades de baixa renda, outros empreendedores, mentores e investidores.

Avaliação de impacto, INSEAD – Partnering For Global Impact

O processo de analisar, monitorar e administrar as consequências positivas e negativas, pretendidas ou não, de intervenções planejadas (políticas, programas, planos, projetos) e qualquer mudança social decorrente dessas intervenções.

Capital semente, Guia Prático do Capital de Risco – IAPMEI / APCRI. 2006

Modelo de financiamento dirigido a projetos empresariais em estágio inicial ou estágio zero, em fase de projeto e desenvolvimento, antes da instalação do negócio, onde um ou mais grupos interessados investem os fundos necessários para o início do negócio, de maneira que ele tenha fundos suficientes para se sustentar até atingir um estado onde consiga se manter financeiramente sozinho ou receba novos aportes financeiros.

Empreendedor social, Ashoka & Instituto Walmart – Mapa de Soluções Inovadoras

Empreendedores sociais são pessoas que, com seus trabalhos e ideias, trazem soluções promissoras para os problemas da sociedade. São agentes de mudança; inovadores que perturbam o *status quo* e transformam nosso mundo. Os empreendedores são ambiciosos, acreditam em uma missão, são estratégicos, versáteis e perseguem resultados.

Finanças Sociais

Recursos privados e públicos para investimento em atividades que visam produzir impacto social com sustentabilidade financeira. Para viabilizar a alocação desse capital, utilizam-se instrumentos financeiros, novos e existentes, que podem ou não gerar retorno financeiro sobre o capital investido, cujo impacto deve mensurado e analisado periodicamente.

Fundos de *Venture Capital* e *Private Equity*,

Fundos de Investimento que compram participação em empresas com alto potencial de crescimento e rentabilidade, por meio da aquisição de ações ou de valores mobiliários (debêntures conversíveis, bônus de subscrição, entre outros), com o objetivo de obter ganhos expressivos de capital no médio e longo prazos.

Enquanto o *venture capital* investe em empreendimentos em fase inicial, o *private equity* concentra suas apostas em empresas mais maduras, em fase de reestruturação, consolidação e/ou expansão de seus negócios. A essência do investimento está em compartilhar os riscos do negócio, selando uma união de esforços entre gestores e investidores para agregar valor à empresa alvo do investimento. Os aportes podem ser direcionados para qualquer setor que tenha perspectiva de grande crescimento e rentabilidade no longo prazo, de acordo com o foco de investimento definido pelos investidores ou fundos.

Fundos Patrimoniais

Fundo composto por adaptado do IDIS com a condição de que o seu principal (valor doado) seja mantido intacto e investido para criar uma fonte de recursos para uma organização.

Fundos Sociais (ou Fundos Sociais sem fins lucrativos), SITAWI – Finanças do Bem

Fundos que operam produtos financeiros destinados a organizações sociais e Negócios de Impacto muitas vezes excluídos do setor financeiro tradicional. Os recursos são rotativos, não retornando ao doador original e, portanto, os produtos podem apresentar condições (taxas de juros, prazo, etc.) diferenciadas. A “lei das OSCIPs” (9790/99) define como um objetivo social válido a “experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito”, permitindo que OSCIPs façam empréstimos e gestão de fundos de capital advindo de doações.

Global Social Impact Investment Steering Group (GSG)

Organização global criada em setembro de 2015, que sucedeu a Força Tarefa de Investimento de Impacto Social do G7. É composta pelos sete países do G7, Austrália, Brasil, Portugal, Índia, México e Israel, tendo como

Chairman o Sir Ronald Cohen. O objetivo da organização é liderar o desenvolvimento global do tema, compartilhando melhores práticas, exemplos de sucesso e contribuindo para o fortalecimento dos ecossistemas nos países membros.

Impacto Social, IDIS

É a transformação da realidade de uma comunidade ou região a partir de uma ação planejada, monitorada e avaliada. Só é possível dimensionar o impacto social se a avaliação de resultados detectar que o projeto efetivamente produziu os resultados que pretendia alcançar e afetou a característica da realidade que queria transformar.

Incubadora, Ashoka & Instituto Walmart – Mapa de Soluções Inovadoras

Instituição, geralmente ligada a universidades, que auxilia no desenvolvimento de micro e pequenas empresas nascentes e em início de operação, agilizando o seu processo de inovação tecnológica. Oferece suporte técnico, gerencial e de formação complementar ao empreendedor, além de espaço físico próprio. É uma desenvolvedora que apoia negócios em seus estágios iniciais.

Investimento de Impacto (Impact Investing) INSEAD – Partnering For Global Impact

Investimento de capital em negócios e fundos que geram impacto social e/ou ambiental positivo, além do retorno financeiro, visando deliberadamente esse retorno Social ou Ambiental. O retorno financeiro desses investimentos pode variar desde o retorno do principal investido até retornos acima da média do mercado.

Investimento Social Privado, IDIS

Alocação voluntária e estratégica de recursos privados, sejam financeiros, em espécie, humanos, técnicos ou gerenciais, para o benefício público. Estão incluídas nesse universo as ações sociais de empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias e indivíduos.

Microcrédito, Ashoka & Instituto Walmart – Mapa de Soluções Inovadoras

Modalidade de crédito que tem como objetivo facilitar o acesso a recursos financeiros por parte de pequenos empreendedores. Empréstimo de quantias pequenas a juros mais baixos para a população na base da pirâmide social.

Mecanismo financeiro de impacto, Força

Tarefa de Finanças Sociais

Instrumentos financeiros, novos ou existentes, que contribuem na circulação de recursos financeiros atrelados a um projeto, ação ou entendimento de impacto Social ou Ambiental com expectativa de desempenho e eventual retorno financeiro.

Negócios de Impacto

Empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto Social ou Ambiental ao mesmo tempo em que geram resultado financeiro positivo de forma sustentável.

Organizações intermediárias, Força Tarefa de Finanças Sociais

Organizações especializadas que facilitam, conectam e apoiam o vínculo entre oferta (investidores, doadores, gestores que buscam impacto) e demanda de capital (organizações que geram impacto social); bem como qualificam a construção do ecossistema de Finanças Sociais e Negócios de Impacto.

Social Impact Bonds

Forma de contratos baseados nos resultados nos quais o setor público se compromete a pagar por melhorias sociais significativas (como por exemplo redução de delitos ou do número de pessoas admitidas nos hospitais) que resultam na redução da despesa pública.

Subcrédito Social, BNDES

Crédito para apoio a um programa social vinculado ao financiamento do BNDES para um determinado projeto produtivo. O uso do apoio social é independente do projeto das empresas.

Teoria de Mudança, adaptado de Move Social

É uma ferramenta que captura como uma intervenção (projeto, programa, política, estratégia) contribui para os resultados pretendidos ou observados. Pode apoiar processos de planejamento e avaliação de Negócios de Impacto, explicando a cadeia lógica do empreendimento e articulando os resultados (efeitos) de médio e longo prazo gerados na sociedade.

9

Registramos outras práticas/projetos que se destacaram ao longo da nossa pesquisa para essa publicação. Não se trata de um banco exaustivo de práticas, mas de alguns registros que não poderíamos deixar de mencionar.

Recomendação #01 – Produtos Financeiros

UBS. Benefício fiscal para pessoas físicas que invistam em Negócios de Impacto (direta ou indiretamente): www.ubs.com/global/en/about_ubs/corporate_responsibility/cr_in_banking/products_services.html

Credit Suisse. Plataforma com diversos fundos para investimento:

perspectives.credit-suisse.com/ch/private-clients/invest/en/alternative-investments/responsible-investments/product-range.jsp

JP Morgan. Área dedicada ao tema (JP Morgan Chase) com produtos e consultoria para clientes: <http://www.jpmorganchase.com/corporate/Corporate-Responsibility/social-finance-products.htm>

Recomendação #02 – Protagonismo de Institutos e Fundações

Fundação Lemann.

Fundação Telefônica Vivo.

A Fundação Bill & Melinda Gates (Comprador de Primeiro Lote) - Leo

The Bealight Foundation. Investimento em fundos de Investimento de Impacto e empréstimos a organizações com ou sem fins lucrativos que se comprometam a contratar pessoas com baixa empregabilidade.

www.rbc.com/newsroom/news/2014/20140317-rbc-social-finance.html; <http://socialcapital-partners.ca/>

Fundação KL Felicitas. 85% do seu portfólio de US\$ 32 bi alocados em produtos de impacto. <http://klfelicitasfoundation.org/>

Potencia Ventures “Oportunidades de negócios de saúde para a população de baixa renda no Brasil” e “Oportunidades em educação para negócios focados na população de baixa renda no Brasil”, em parceria com o Inspirare.

http://artemisia.org.br/img/conhecimento/Estudo_Oportunidades_Negocios_em_Saude.pdf;

Potencia Ventures, em parceria com Inspirare http://porvir.org/wp-content/uploads/2013/06/Estudo-Oportunidades-de-Neg%C3%B3cios-em-Educa%C3%A7%C3%A3o_Porvir.pdf

Recomendação #03 – Expansão e capitalização de fundos sociais

SITAWI. www.sitawi.net/fundos-sociais-e-ambientais/

Recomendação#06 – Criação de modelos para inclusão de Negócios de Impacto nas compras governamentais

Governo do Estado de Victoria, Australia.

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PSB_82Y9x8MJ:www.mav.asn.au/policy-services/procurement/Documents/Victorian%2520Local%2520Government%2520Best%2520Practice%2520Procurement%2520Guidelines%25202013.pdf+%&cd=1&hl=es-419&ct=clnk&gl=cl

http://www.dpced.vic.gov.au/_data/assets/pdf_file/0015/140523/

[Social-Procurement-A-Guide-For-Victorian-Local-Government.pdf](http://www.dpced.vic.gov.au/_data/assets/pdf_file/0015/140523/Social-Procurement-A-Guide-For-Victorian-Local-Government.pdf)

<http://www.dtpli.vic.gov.au/local-government/strengthening-councils/social-procurement>

Recomendação #08 – Fortalecimento de Incubadoras e Aceleradoras

Fundação Rockefeller. Apoio a aceleradoras para inclusão do tema de Negócios de Impacto na sua agenda: <https://www.rockefellerfoundation.org/app/uploads/Accelerating-Impact.pdf>

<https://assets.rockefellerfoundation.org/app/uploads/20150201214323/Accelerating-Impact.pdf>

Social Incubator Fund. Apoio a incubadoras e aceleradoras para inclusão do tema de Negócios de Impacto na sua agenda: (<https://www.biglotteryfund.org.uk/socialincubatorfund>)

Recomendação #10 – Conhecimento e Formação

EAESP-FGV. Núcleo de Negócios de Impacto Social (GVcenn-NIS): <http://cenn.fgv.br/pt-br/NIS>

Inspere. Centro de Avaliação de Impacto Metricis: <http://www.inspere.edu.br/nucleo-medicao-investimentos-de-impacto/sobre/>

FEA/USP. MBA em Gestão de Negócios Socioambientais em parceria com a Artemisia e IPE (<http://negociosocial.org.br/>)

ESPM . ESPM Social Business Centre em parceria com o Yunus Center (<http://www2.espm.br/a-espm/espm-social-business-centre/home>).

ICE - Instituto de Cidadania Empresarial. Projeto Academia www.ice.org.br/programaacademia (Link)

London School of Economics. Research Center: <http://www.lse.ac.uk/LSECities/research/measuring-impact-beyond-financial-return/Home.aspx>; **Columbia University.** The Tamer Center for Social Enterprise: <http://www8.gsb.columbia.edu/socialenterprise/>

Columbia University. The Tamer Center for Social Enterprise e cursos: <https://www8.gsb.columbia.edu/courses/mba/2013/spring/b9455-018>

Recomendação #11 - Formatos inovadores para apoio e investimento a NI

Broota. Plataforma online brasileira pioneira na oferta de investimento coletivo: <http://www.broota.com.br/>

Biva. Plataformas online para empréstimo de investidores a empreendedores: <https://biva.com.br/>

Lending Club. Maior plataforma global na área de empréstimos “peer-to-peer”: <https://www.lendingclub.com/>

Angel List. Referência global de plataformas online de investimento coletivo: <https://angel.co/>

EXPEDIENTE

Redação

Beto Scretas
Célia Cruz
Diogo Quitério
Fernanda Bombardi
Leonardo Letelier
Mariana Guimarães

Consulta Aberta

Odiseo

Revisão Final e Produção

Paula de Santis
Vivian Rubia

Consultoria especializada

Kalo Taxidi
Alexandre Travelin
Thais Magalhães

Projeto Gráfico e Diagramação

Mondoyumi
Flavia Sakai
Naná de Freitas
Ed Santana

Agradecimentos especiais

Às 20 organizações do Grupo de Trabalho, que durante o ano de 2013 se reuniram para mapear os temas críticos para o campo: ANDE, Artemisia, BNDES, Cause, Derraik & Menezes, FEA-USP, Fundação Telefônica/Vivo, GIFE, GVces, ICE, Inspirare, Kaeté, J.P.Morgan, Mattos Filho, Mov Investimentos, Potencia Ventures, Plano CDE, SEBRAE, SITAWI, VOX Capital. Reconhecimento especial ao GVces por seu apoio nesse período.

Aos especialistas que contribuíram com a construção e revisão das recomendações: Aron Belinky (GVces), Daniel Brandão (Move), Edgard Barki (FGV-ecen), Eduardo Valente (Deloitte), Elias Souza (Deloitte), Fernando Burgos (FGV-EAESP), Graziela Comini (FEA-USP), Heloisa Helena Montes (Deloitte), Henrique Martins de Araujo (BID), Karim Harji (Purpose Capital), Krishna Aum de Faria (SEBRAE), Leonardo Pamplona (BNDES), Luciana Aguiar (PNUD), Luciana Ribeiro (Grupo RBS), Luis Fernando Guggenberger (Fundação Telefônica Vivo), Marta Garcia (Social Finance UK), Maure Pessanha (Artemisia), Rodrigo Menezes (Derraik & Menezes), Rodrigo Tavares (Granito Partners), Sheila Oliveira Pires (Anprotcec), Simon Rowell (Big Society Capital), Tim Draimin (MaRS), Vivianne Naigeborin (Potencia Ventures).

Aos participantes do Grupo de Apoio Contínuo (GAC), pelo apoio técnico e consultas específicas realizadas em apoio à Força Tarefa de Finanças Sociais.

Aos 220 participantes da Consulta Aberta das Recomendações durante o mês de agosto de 2015.

À Ana Maria Diniz, pelas reflexões iniciais sobre o posicionamento da Força Tarefa e a Ricardo Guimarães e equipe Thymus, por terem nos ajudado a transformar essas ideias em palavras.

À Renata Nascimento, por ter apoiado a Força Tarefa de Finanças Sociais desde o início.

Diretoria Executiva



Parceiros estratégicos



Fundação Telefônica

Apoio



Fundação Telefônica



www.forcatarefafinancassociais.org.br